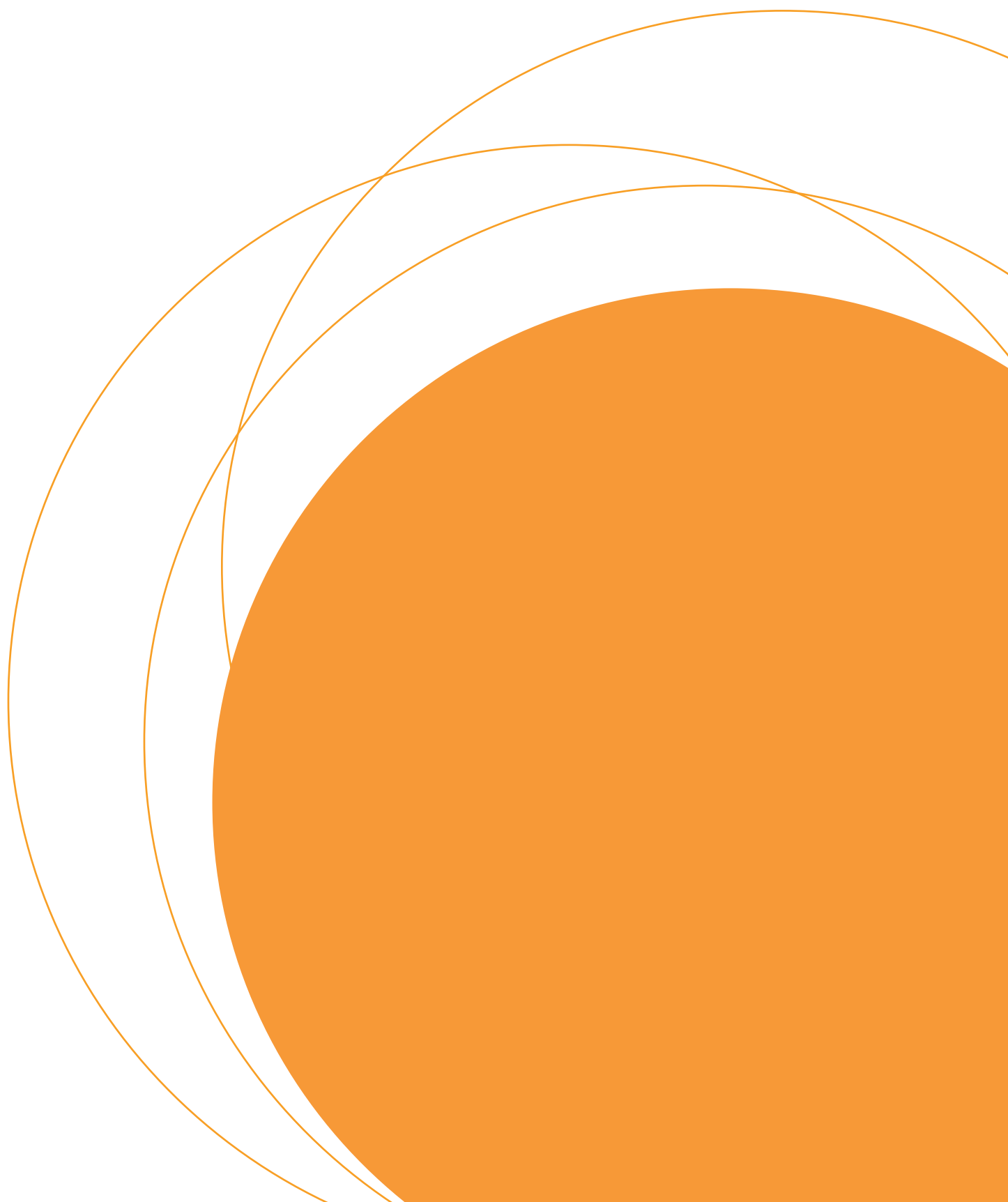
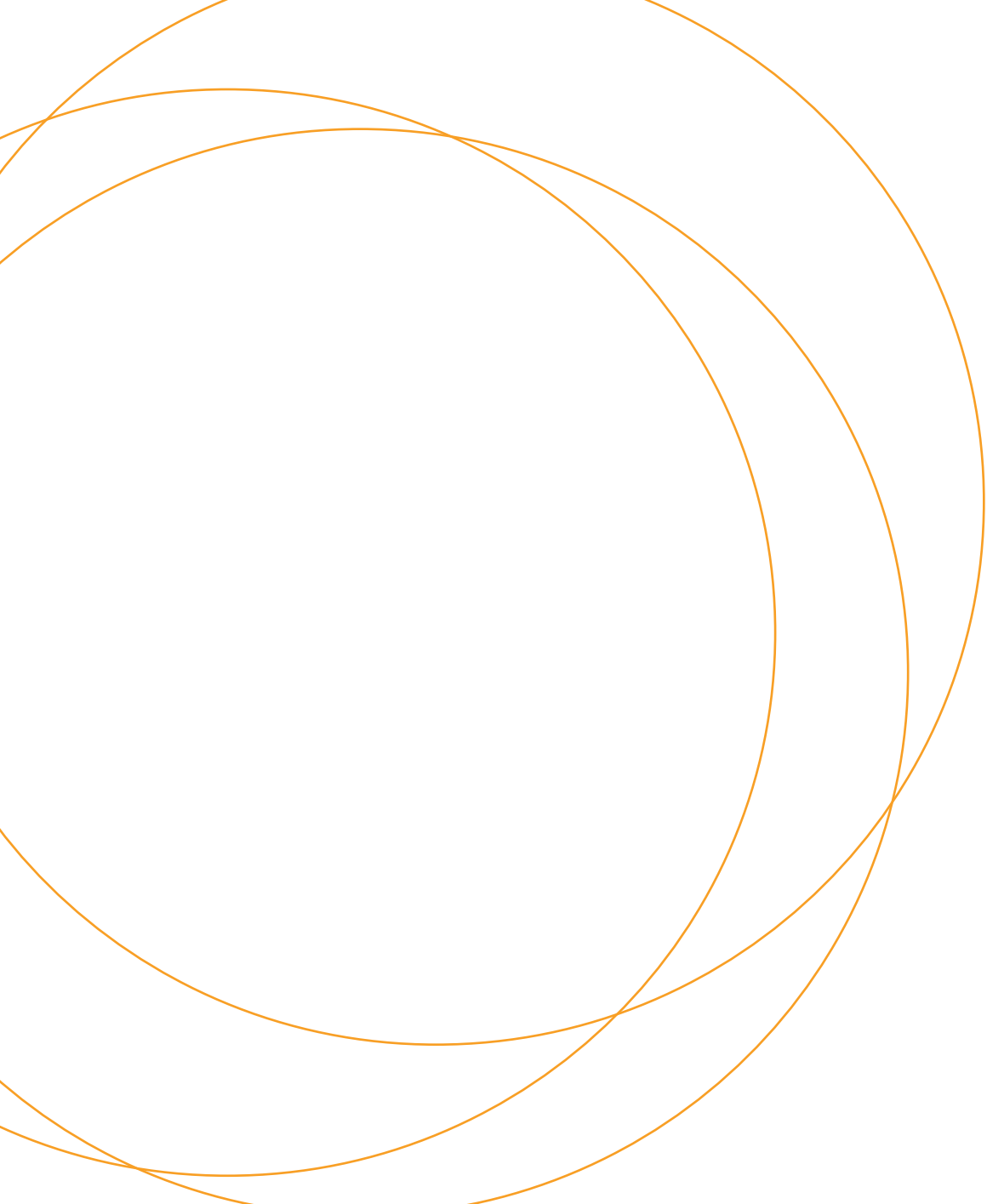


ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

(2012) RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior
de Educação

FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salette Coelho

Colaboração: Júlio Santos e Tânia Neves

Consultoria Informática: Manuela Coelho

Gabinete de Estudos para a Educação e o Desenvolvimento (GEED)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

A – SUMÁRIO EXECUTIVO	6
B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO.....	8
C – METODOLOGIA.....	9
D – COBERTURA DAS MEDIDAS.....	15
OBJETIVO 1	15
OBJETIVO 2	20
OBJETIVO 3	25
OBJETIVO 4	30
LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO.....	36
LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE	42
OBJETIVO 5	46
OBJETIVO 6	48
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO	51
CONTEÚDOS.....	51
PARCERIAS.....	53
PÚBLICOS.....	54
ENTIDADES FINANCIADORAS	59
COBERTURA GEOGRÁFICA	63
F – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	67
G – ANEXOS	73
ANEXO 1	74
ANEXO 2	79
ANEXO 3	82
ANEXO 4	83

LISTA DE SIGLAS

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONGD)

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos (ONGD)

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (ONGD)

ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ONGD)

AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

APF - Associação para o Planeamento da Família (ONGD)

ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CE - Comissão Europeia

CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (ONGD)

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (ONGD)

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CONCORD - Confederation for Relief and Development (Confederação Europeia das ONGD)

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

CPR - Conselho Português para os Refugiados

DGE - Direção-Geral da Educação

E&O - Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento (ONGD)

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

ESECD-IPG - Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda

ESECS-IPLeiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

ESE-IPL - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

ESE-IPP - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

ESE-IPVC - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

FEC - Fundação Fé e Cooperação (ONGD)

FGS - Fundação Gonçalo da Silveira (ONGD)

GEED - Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento

GENE - Global Education Network Europe

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (ONGD)

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ONGD)

Médicos.M - Médicos do Mundo (ONGD)

Men.M - Meninos do Mundo (ONGD)

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OMAS-LBN - Obra Missionária de Ação Social - Leigos Boa Nova (ONGD)

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

RostoSol - Rosto Solidário (ONGD)

SOLSEF - Sol sem Fronteiras (ONGD)

SOPRO – Solidariedade e Promoção (ONGD)

UE - União Europeia

VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (ONGD)

WACT - We Are Changing Together (ONGD)

A – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório de acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) diz respeito ao ano de 2012 e é um dos mecanismos estipulados no dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED, da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), de acordo com um contrato-programa celebrado entre a citada entidade e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), é uma das intervenientes no processo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, apoiando a Comissão de Acompanhamento.

Com as informações, conclusões e recomendações plasmadas no relatório pretende-se fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

Através do presente relatório foi possível verificar a melhoria no processo da metodologia de recolha dos dados, o que permitiu uma obtenção mais fiável dos dados. No entanto, algumas alterações no processo, nomeadamente a divisão dos dados recolhidos nas tipologias “atividade inserida em projeto de ED”, “atividade inserida nouro tipo de projeto” e “atividade não inserida em projeto”, dificultam a comparação com os dados recolhidos no relatório de acompanhamento 2010-2011; sendo, assim, possível o estabelecimento de tendências face ao relatório anterior, mas não a comparação de números absolutos.

Relativamente às entidades participantes no presente relatório, foi possível envolver 13 entidades subscritoras do plano de ação da ENED, 40 ONGD e 5 ESE.

Os objetivos 2 (educação formal) e 4 (sensibilização e influência política) são os que apresentam a maior cobertura de atividades, sendo o objetivo 1 aquele que apresenta o menor número de atividades (no relatório anterior este lugar era ocupado pelo objetivo 3).

No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), cruzando os atores de ED e os tipos de atividades, conclui-se que existem 8 projetos de ED, distribuídos pelos três tipos de atores (entidades subscritoras do PA, ESE e ONGD), que as entidades subscritoras do PA são as que mais promovem atividades não inseridas em projetos dentro deste objetivo e que estas entidades e as ONGD apresentam o mesmo número de respostas ao inquérito. No objetivo 2 (educação formal) é de sublinhar a existência de um número razoável de projetos – 14, no total; sendo o objetivo com maior número de projetos estruturados e tendo as ONGD como principais executantes de atividades. No

objetivo 3 (educação não formal) verifica-se a existência de 11 projetos e a clara predominância das ONGD enquanto atores privilegiados. No objetivo 4 (sensibilização e influência política) foram reportados 10 projetos, todos eles promovidos por ONGD.

Foi ainda realizada uma análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e distribuição geográfica.

Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados (informação que não estava disponível no relatório de acompanhamento de 2010-2011), foi possível diferenciar as temáticas mais trabalhadas, com mais de 80 referências (desenvolvimento, educação e direitos humanos), as temáticas mediamente referidas, entre 40 a 80 referências e as temáticas menos trabalhadas, até 40 referências.

Conclui-se que existe uma prática generalizada de trabalho em parceria, uma vez que 74% dos projetos são realizados em parceria, na linha do sucedido no relatório anterior.

Relativamente aos públicos, verifica-se a predominância dos seguintes públicos:

- Objetivo 1 – Entidades públicas, OSC e jovens;
- Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;
- Objetivo 3 – Estudantes e agentes educativos;
- Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Analisando as entidades financiadoras, e note-se que se refere à frequência de referência e não ao valor do financiamento, verifica-se a predominância do número de referências a fundos próprios e ao CICL ao nível dos financiamentos das ONGD (ambos representando 59%) e das entidades (ambos representando 57%). Nas ESE, há a referir os 71% de fundos próprios.

Face à distribuição geográfica das atividades, fica claro que esta se encontra relacionada com a existência de atores na mesma Região, com preponderância na Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD, e na Região do Norte, no caso das ESE. De salientar o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional”.

Em termos gerais, e ainda que se registem dificuldades com a consumação de várias medidas, constata-se uma tendência de consolidação ou de melhoria em 19 das 31 medidas previstas, com especial destaque para as medidas que contribuem para a consecução dos objetivos 2 e 3.

B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO

O principal objetivo do presente relatório, no seguimento do relatório dos anos anteriores, é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2012.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas a serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar as principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

C – METODOLOGIA

Tentando responder à oitava recomendação do relatório de 2010-2011¹, referente à criação de um modelo de recolha de dados acessível e fácil de manusear, criou-se, para este ano de 2012, um inquérito online² que facilitou todo o processo.

Este inquérito³ foi enviado para as instituições envolvidas no processo, solicitando a inserção dos dados relativos ao ano de 2012, no mês de abril e esteve ativo até final de maio de 2012, tendo havido algumas exceções, prolongando-se o prazo para certas instituições.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED⁴, de nove das demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED⁵ e de cinco Escolas Superiores de Educação^{6,7}.

A exemplo do relatório do ano anterior, foram contactadas as organizações registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD, membro da Comissão de Acompanhamento, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são umas das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Este ano ainda não foi possível alargar o relatório a outro tipo de entidades, como seria desejado, mas optou-se por completar lacunas existentes no modelo do relatório passado e reforçar relações com tipologia de atores já existentes⁸ (como foi o caso das ESE, referido na sétima recomendação do relatório anterior).

Ficou ainda definido que os dados do CICL, enquanto financiador de projetos e atividade de ED, dinamizador da ENED e participante em redes e organizações europeias e internacionais na matéria, seriam apresentados numa secção específica para o mesmo.

¹ «8. Que se estabeleça um modelo de planificação e de recolha de dados claro e de fácil operacionalização, com o recurso à elaboração de instrumentos de trabalho acessíveis e práticos.»

² Utilizando a ferramenta Google Docs.

³ <https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dHRKb2JDWko5THk0YUhlYTdnUXU1LVE6MA>

⁴ O CICL, o Ministério da Educação, através da DGE, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

⁵ APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Instituto Português do Desporto e da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; Comissão Nacional Justiça e Paz e Conselho Nacional da Juventude.

⁶ Da Guarda, de Leiria, de Lisboa, do Porto e de Viana do Castelo. Recorde-se que a ARIPESE (associação representativa das Escolas Superiores de Educação públicas) assinou o Plano de Ação, tendo, no entanto, delegado os contactos diretamente nas ESE.

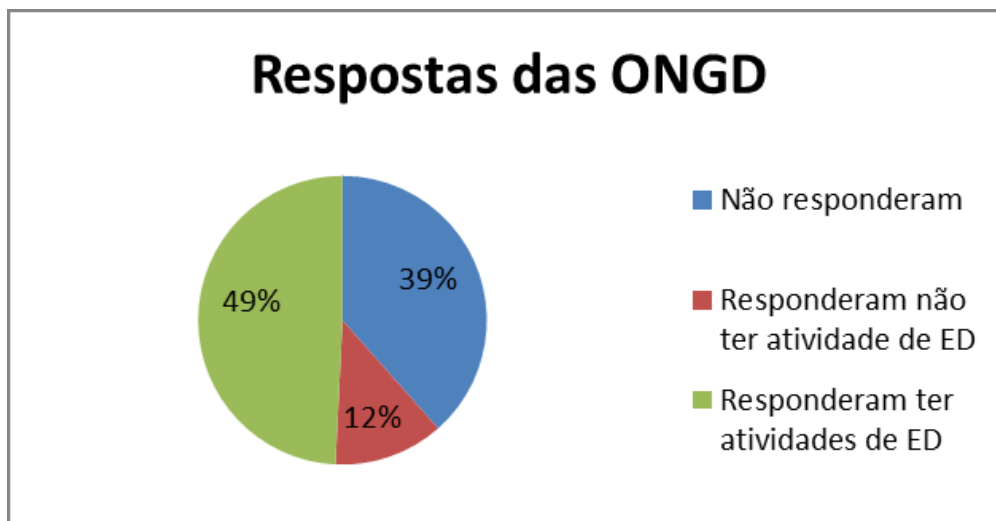
⁷ Para lista completa dos participantes no relatório, ver anexo 2, pág. 79.

⁸ «8. Que se considerem, em relatórios posteriores, outros atores que também já desenvolvem atividades de ED e que se façam esforços para motivar novos atores a promover atividades de ED como, por exemplo, as Escolas Superiores de Educação (ESE).»

Foram contactadas 65 ONGD, tendo sido possível recolher respostas de 40 organizações (61%)⁹. Destas, 8 contactos (12%) foram no sentido de informar que a instituição não realiza atividades de ED e 32 foram respostas positivas que enviaram os seus dados para serem tratados.

No total, estiveram envolvidas diretamente no processo de elaboração do relatório 50 entidades¹⁰.

Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que o panorama é idêntico, apenas com ligeiras alterações - duas organizações entraram em processo de extinção, pelo que não foram consideradas, perdeu-se o contacto com quatro instituições e ganhou-se o contacto com cinco.



Mantemos a certeza de que existem outras instituições que trabalham em ED mas que não se encontram na amostra definida para o presente relatório. Tentaremos abordar esse aspeto com mais atenção, num futuro breve, no seguimento de uma das recomendações do relatório de 2010-2011.

Relativamente à participação das ESE, foi notório o avanço nos contactos estabelecidos, tendo sido possível reunir os dados das instituições da Guarda, de Leiria, de Lisboa, do Porto e de Viana do Castelo, tendo, entretanto, sido desencadeados contactos e processos formativos junto das ESE de Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Setúbal e Viseu.

⁹ Para mais informações consultar Anexo 2, pág. 79.

¹⁰ Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 2, pág. 79.

O processo de recolha dos dados, como já foi dito, foi bastante facilitado, tendo sido disseminado um inquérito online com a seguinte estrutura:

Secção 1 – Instituição Pergunta 1 – Nome da instituição Pergunta 2 – Tipo de instituição
Secção 2 – Atividade Pergunta 3 – Tipo de atividade (inserida ou não em projeto de ED ou outro) Pergunta 4 – Nome do projeto/atividade; enumeração das atividades do projeto
Secção 3 – Objetivo, Medidas e Tipologias das Atividades Pergunta 5 – Objetivo - Medidas e tipologias
Secção 4 – Conteúdos Pergunta 6 – Temáticas
Secção 5 – Promotores e parcerias Pergunta 7 – Entidade Promotora Pergunta 8 – Entidades Parceiras
Secção 6 – Públicos-alvo Pergunta 9 – Públicos-alvo
Secção 7 – Custos, financiadores e cronograma Pergunta 10 – Custo do projeto/atividade Pergunta 11 – Financiadores Pergunta 12 – Calendário do projeto/atividade
Secção 8 – Dados geográficos Pergunta 13 – Âmbito geográfico do projeto/atividade - Local
Secção 9 – Outras informações Pergunta 14 – Comentário final

Os constrangimentos sentidos no relatório anterior foram quase todos ultrapassados, mantendo-se apenas o difícil acesso a certas organizações - fica por esclarecer se isto se deve a contactos desatualizados ou à falta de reconhecimento das próprias instituições relativamente ao tema - e a demora sentida nas respostas das instituições o que motivou a persistência nos contactos, novamente via correio eletrónico e via telefónica, e a ultrapassagem dos prazos inicialmente estabelecidos.

O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos, à semelhança do relatório anterior:

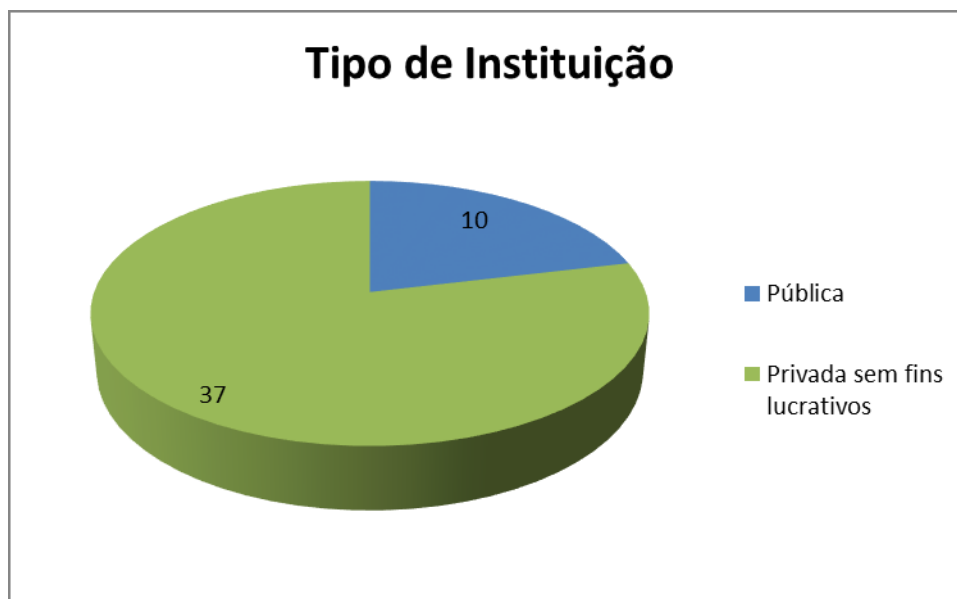
- numa primeira fase fez-se a análise das atividades realizadas e da sua alocação às tipologias, medidas e objetivos, de forma a poder ter-se uma visão global sobre quais estavam a ser atingidas e quais não estavam;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados segundo critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório: distribuição geográfica, grupos-alvo, temáticas, entidades financiadoras e parcerias.

Comparando o presente relatório com o dos anos anteriores, são de salientar alguns aspetos:

- um primeiro prende-se com a maior fiabilidade dos dados, decorrente da melhor estruturação do próprio modelo de recolha e do melhor conhecimento da estrutura da ENED pelas entidades que responderam aos inquéritos. Saliente-se que a categoria “não identificado” desapareceu dos resultados do relatório.

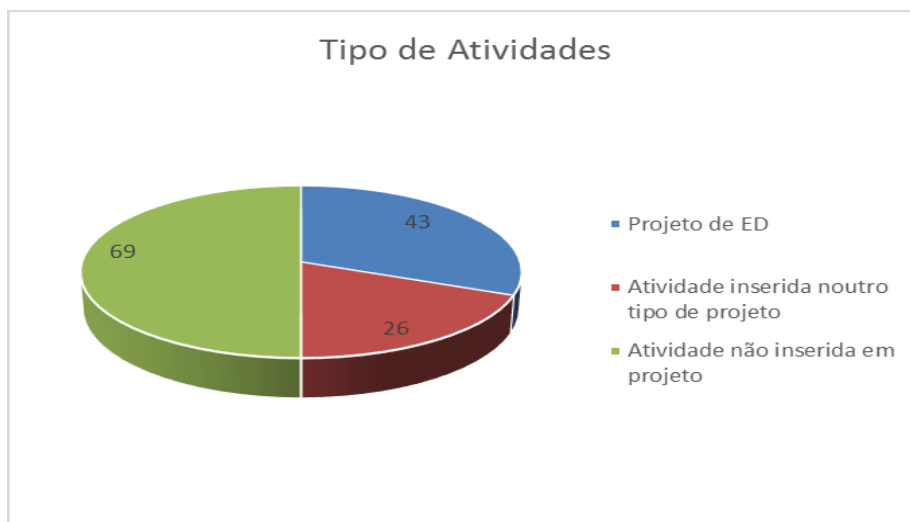
- um segundo refere-se à total responsabilidade das instituições pelo fornecimento dos dados e alocação dos objetivos, medidas e tipologias de atividade. Uma vez que as entidades inquiridas estão melhor formadas, a intervenção da equipa responsável pelo processo de recolha de dados foi quase inexistente. Sempre que surgiram dúvidas, elas foram conversadas e tiradas antes do preenchimento, sempre tendo em vista uma maior capacitação das instituições.

- um terceiro respeita à introdução da tipologia das instituições, para que seja possível uma melhor caracterização das mesmas. Este aspeto permitiu obter o seguinte gráfico, onde vemos que das instituições que responderam ao inquérito, 10 (22%) são públicas e 37 (78%) são privadas sem fins lucrativos. Espera-se que num futuro breve se alargue o processo de recolha de dados a outras tipologias, nomeadamente, a privadas com fins lucrativos; e por isso essa opção existia no inquérito, mas tal ainda não se verificou.



- um quarto tem a ver com a introdução de uma nova organização dos dados, o que altera a lógica de análise. Perante a diversidade de dados gerada na respetiva recolha, no relatório passado, perante a existência de realidades diferentes, como o são a existência de projetos estruturados e de atividades mais ou menos avulsas, e a dificuldade no seu tratamento, optou-se por, neste ano, recolher estes dados separadamente. Assim, introduziram-se três tipologias de “entrada”: reporte de um projeto de Educação para o Desenvolvimento, reporte de atividades inseridas noutra tipo de projetos e reporte de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto. Isto permitiu uma melhor catalogação e leitura dos dados, no entanto, dificulta a análise comparativa, em termos absolutos de dados. Sendo assim, alertamos para o facto de apenas podermos estabelecer tendências evolutivas.

Atente-se no gráfico seguinte, que fornece informação relevante sobre a tipologia das atividades recolhidas:



Pela observação do gráfico, pode verificar-se que foram reportados 43 (31%) projetos de ED, 26 (19%) atividades inseridas noutra tipo de projetos e 69 atividades avulsas, não inseridas em nenhum projeto, representando estas 50% dos inquéritos preenchidos, de um total de 138.

O relatório passou por diversas fases de elaboração e de validação. A primeira foi pela Comissão de Acompanhamento. Posteriormente, uma primeira versão do relatório foi enviada ao Grupo de Trabalho e às ONGD da Plataforma Portuguesa das ONGD. Posteriormente, foi validada em encontros com os principais atores envolvidos na recolha dos dados.

A exemplo do ano passado, foram estabelecidos os Termos de Referência que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em Anexo¹¹, constituindo as linhas mestras deste e dos próximos relatórios, sempre passíveis de melhoramento.

Verificou-se, na prática, como suposto no relatório anterior, que o próprio processo de elaboração dos relatórios anuais - desde o contacto com as instituições, à recolha de dados, ao seu tratamento e interpretação e à redação final – tem permitido um processo de aprendizagem a ser tido em conta nos anos seguintes.

¹¹ Anexo 1, pág. 74.

D – COBERTURA DAS MEDIDAS

Em seguida, apresenta-se cada objetivo, respetivas medidas e tipologias de atividade, seguidos pelo mapeamento dos dados recolhidos, ao nível da tipologia de atividade.

OBJETIVO 1

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Medida 1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.

1.1.1 Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED

1.1.2 Promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

1.1.3 Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.1.1	CNU	-----	Sopro Men.M
1.1.2	CIG PPONGD	ESE-IPVC	Sopro Men.M ISU E&O IMVF
1.1.3	CNU	ESE-IPVC	Sopro ISU E&O IMVF

Medida 1.2. Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.

1.2.1 Organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED

1.2.2 Produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED

	2012		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.2.1	CNU PPONGD	ESE-IPVC	Sopro E&O AIDGLOBAL
1.2.2	PPONGD	ESE-IPVC	Sopro ISU E&O

Medida 1.3. Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

1.3.1 Reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED

1.3.2 Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

	2012		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.3.1	APA	ESE-IPVC	Sopro Men.M CIDAC
1.3.2	CNU	ESE-IPVC	Sopro FGS

Medida 1.4. Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.

1.4.1 Promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.4.1	CNU	ESE-IPVC	Sopro E&O ISU

Medida 1.5. Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.

1.5.1 Organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.5.1	APA	ESE-IPVC	Sopro Men.M E&O IMVF

Medida 1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

1.6.1 Identificação e criação de mecanismos de participação de representantes reconhecidos da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.6.1	-----	ESE-IPVC	Sopro Men.M

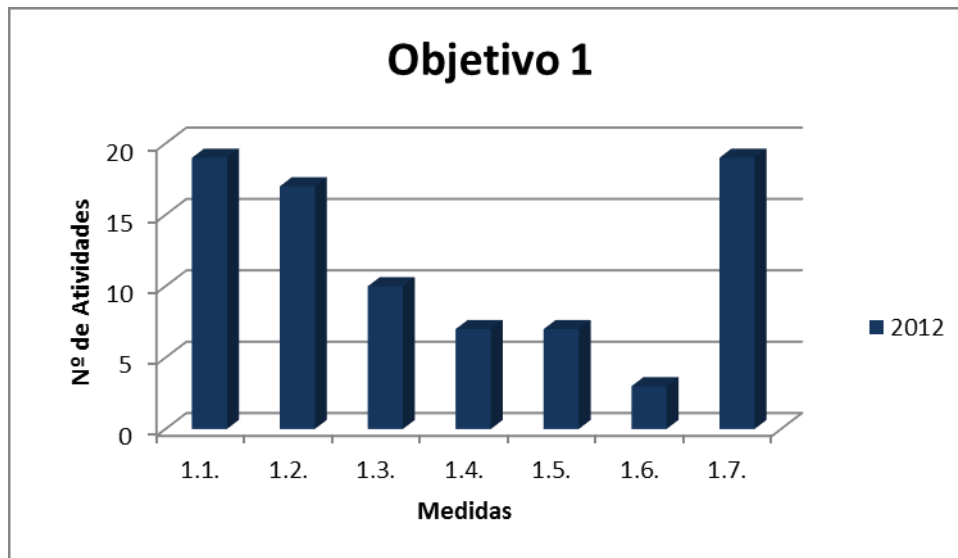
Medida 1.7. Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.

1.7.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo à troca de experiências entre organizações

1.7.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.7.1	ACIDI CNU PPONGD	ESE-IPVC	Sopro ISU E&O IMVF
1.7.2	CNU	-----	Sopro Men.M E&O IMVF

Pelo tratamento dos dados apresentados acima, pudemos encontrar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 1¹²:



Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar que no objetivo em análise, mantém-se a tendência face aos dados dos anos anteriores: as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, são as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

As medidas mais cobertas deste primeiro objetivo estão ligadas à formação de agentes de ED (1.1), à disponibilização de informação sobre a ED, e à organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional (1.2 e 1.7).

De realçar face ao ano anterior:

- os valores idênticos das medidas mais cobertas, face à grande disparidade entre a medida 1.7 e as outras que se seguiam;
- o aumento das referências à medida 1.1;
- a diminuição de referência à medida 1.3.

¹² Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 21 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

OBJETIVO 2

Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Medida 2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.

2.1.1 Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2.1.2 Conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.1.1	APEDI	ESE-IPL ESE-IPP ESECD-IPG	-----
2.1.2	-----	ESE-IPL ESE-IPVC ESE-IPP ESECD-IPG	-----

Medida 2.2. Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.

2.2.1 Elaboração de materiais de orientação pedagógica sobre ED dedicados aos educadores e professores dos vários níveis e ciclos de ensino e educação

2.2.2 Elaboração, divulgação e disponibilização de materiais didáticos e projetos elaborados por entidades diversas

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.2.1	CIG	ESECS-IPLeiria ESE-IPVC ESE-IPP ESECD-IPG	CIDAC E&O FEC IMVF Médicos.M Men.M UCCLA VIDA
2.2.2	-----	ESE-IPL ESECS-IPLeiria ESE-IPVC ESE-IPP	AIDGLOBAL CIDAC E&O FGS IMVF Médicos.M UCCLA

Medida 2.3. Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.

2.3.1 Promoção de projetos colaborativos de ED no setor da Educação Formal

2.3.2 Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados

2.3.3 Promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.3.1	APA APEDI DGE	ESE-IPL ESE-IPVC ESE-IPP ESECD-IPG	ADDHU AIDGLOBAL CEAUP CIDAC E&O FEC IMVF Médicos.M SOLSEF UCCLA

2.3.2	-----	ESE-IPL ESECS-IPLeiria ESECD-IPG	-----
2.3.3	CIG	-----	FGS

Medida 2.4. Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.

2.4.1 Conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.4.1	APEDI	ESE-IPL ESE-IPP ESE-IPVC ESECS-IPLeiria	AIDGLOBAL CIDAC FEC IMVF UCCLA

Medida 2.5. Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.

2.5.1 Promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional

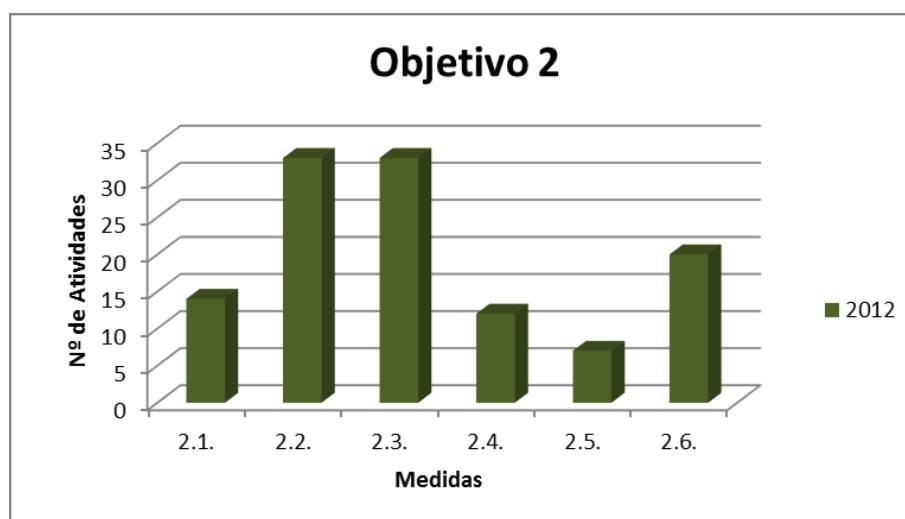
2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.5.1	APEDI	ESE-IPL ESECS-IPLeiria	CEAUP E&O

Medida 2.6. Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

2.6.1 Promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global dos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.6.1	CIG APA APEDI PPONGD	ESE-IPL ESE-IPVC ESECS-IPLeiria	CIDAC E&O IMVF Men.M UCCLA VIDA

A análise dos dados apresentados acima permite apresentar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 2, dedicado à educação formal¹³:



¹³ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 27 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

Neste objetivo mantém-se a clara predominância das medidas 2.2 e 2.3, relativas à elaboração e divulgação de materiais pedagógicos e à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil.

De ressaltar o aumento do relevo dado à medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes e que era, no relatório passado, a medida menos coberta do objetivo 2. Este aumento relaciona-se, de forma inequívoca, com o aumento do número de Escolas Superiores de Educação a responder ao inquérito, o que permite ter uma visão mais aproximada da realidade.

A medida 2.5 torna-se, assim, a medida com o menor número de iniciativas reportadas em 2012 e volta-se ao domínio da falta de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior.

As medidas 2.4 e 2.6, referentes a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento, as quais apresentavam números bastante uniformes, no ano passado, estão, no ano de 2012, mais distantes. A nova estrutura de compilação dos dados não permite dizer com toda a certeza, em termos absolutos, se foi a medida 2.4 que teve menor número de iniciativas ou se foi a 2.6 que aumentou. No entanto, após uma análise mais detalhada da base de dados parece-nos que ambas evoluíram em sentidos contrários – foram reportadas menos atividades na medida 2.4 e mais na 2.6.

OBJETIVO 3

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa

Medida 3.1. Promoção do reconhecimento das OSC enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

3.1.1 Realização e apoio à divulgação de atividades entre organização da sociedade civil e entidades públicas

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.1.1	APA ASPEA CNJ	ESE-IPVC	ADRA Batoto E&O HELPO MSorrir ORBIS PAR

Medida 3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

3.2.1 Criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED

3.2.2 Criação de iniciativas que incentivem a promoção de projetos de ED por parte de organizações de juventude

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.2.1	APA ASPEA CNJ	ESE-IPVC	ADRA Batoto HELPO ISU E&O WACT
3.2.2	CNJP APA ASPEA CNJ	-----	ADRA AIDGLOBAL CEAUP GRAAL ISU ORBIS PAR RostoSol TESE WACT

Medida 3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.

3.3.1 Organização de ações de capacitação dedicadas a formadores de ED sobre formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

3.3.2 Organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social

3.3.3 Desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.3.1	ASPEA	ESE-IPVC	ISU SOLSEF WACT

3.3.2	ASPEA CNJ	ESE-IPVC	PAR GRAAL TESE WACT
3.3.3	ASPEA CNJ	-----	ADRA E&O TESE WACT

Medida 3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.

3.4.1 Identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.4.1	ASPEA CNJ PPONGD	-----	ADRA AIDGLOBAL PAR Men.M GRAAL SOLSEF

Medida 3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.

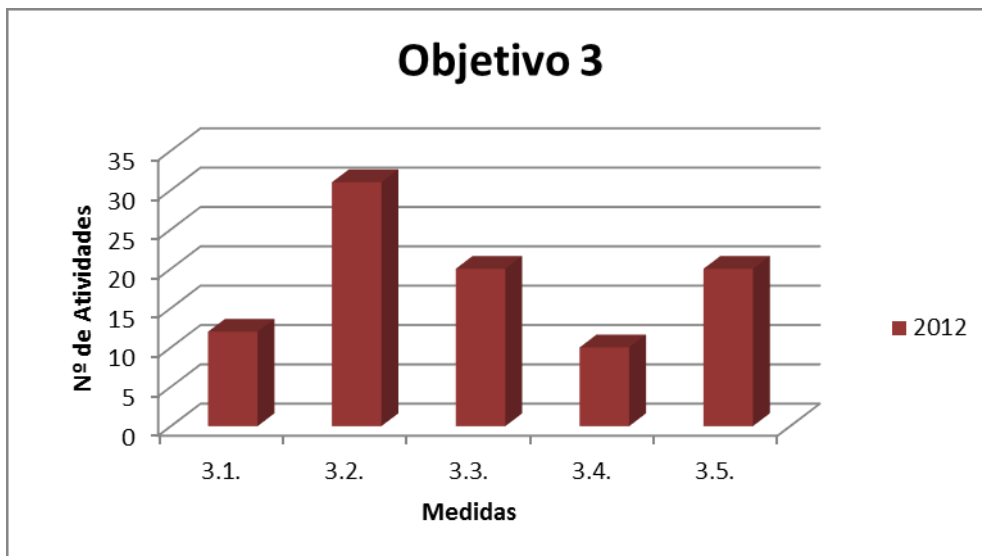
3.5.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo ao interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.3 Apoio à participação de delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED

	2012		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.5.1	ASPEA CNJ	ESE-IPVC	CEAUP ISU Men.M ORBIS TESE WACT
3.5.2	ASPEA CNJ	-----	Batoto ORBIS
3.5.3	ASPEA	-----	ORBIS WACT

Os dados apresentados permitem obter a seguinte análise das medidas do objetivo 3, cuja tónica recai sobre a educação não formal¹⁴:



Da análise dos dados observa-se que se mantém a pouca expressividade da medida 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

Salienta-se um dado novo referente à diminuição expressiva da medida 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apresentava níveis de

¹⁴ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 32 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

cobertura comparáveis à medida 3.5 (troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional) e no presente ano se revela aquela que tem um nível menor de cobertura dentro do objetivo 3.

Na medida 3.3, relativa à formação de agentes de ED, nota-se um incremento das atividades reportadas.

De salientar a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, que se mantém a medida mais coberta no objetivo 3.

OBJETIVO 4

Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

Medida 4.1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED

4.1.1. Campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED

4.1.2 Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas

4.1.3 Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens

	2012		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.1.1	APA PPONGD	ESE-IPVC	ACEP APF CIDAC E&O FGS IMVF Men.M OIKOS
4.1.2	PPONGD	_____	ACEP CPR CIDAC E&O IMVF Men.M OIKOS
4.1.3	_____	ESE-IPVC	Abrço ACEP CPR E&O IMVF Men.M

Medida 4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.2.1 Ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.2.1	PPONGD	_____	Abraço CIDAC FEC IMVF Men.M OIKOS

Medida 4.3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os *media*, sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, wikis e redes sociais).

4.3.1 Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social

4.3.2 Ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os media

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.3.1	PPONGD	_____	ACEP CPR E&O IMVF Men.M
4.3.2	APA PPONGD	ESE-IPVC	Abraço ACEP APF CPR IMVF Men.M OIKOS

Medida 4.4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.4.1 Participação portuguesa em campanhas internacionais de sensibilização de ED

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.4.1	PPONGD	ESE-IPVC	APF CPR E&O FGS Men.M

Medida 4.5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.

4.5.1 Ações de influência política no quadro da ED

4.5.2 Ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.5.1	PPONGD	_____	Abraço ACEP APF CPR FGS Men.M
4.5.2	PPONGD	_____	E&O Men.M

Medida 4.6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.6.1 Ações de influência política no quadro da ED concebidas, executadas e avaliadas em parceria por conjuntos de atores diversos com a experiência registada

2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.6.1	PPONGD	_____	Abraço E&O IMVF Men.M

Medida 4.7 promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas.

4.7.1 Ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*

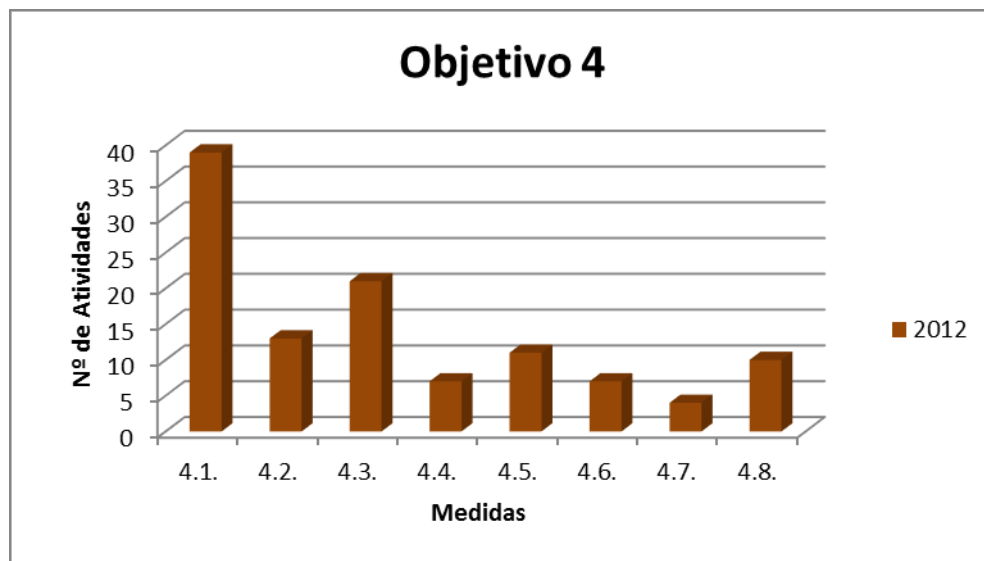
2012			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.7.1	PPONGD	_____	ACEP CPR IMVF

Medida 4.8 Promoção de participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.8.1 Participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais

4.8.1	2012		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
			Abraço ACEP APF E&O FEC FGS Men.M

Com os dados recolhidos para o objetivo 4, direcionado para atividades pudemos construir o seguinte gráfico¹⁵:



O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política.

¹⁵ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 38 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

A análise deste gráfico permite-nos reconhecer algumas tendências, algumas bastante diversas das recolhidas no relatório anterior:

- a medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, mantém-se claramente distanciada das outras e em níveis de execução paralelos ao ano anterior;
- a medida 4.2, que preconiza a “promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores”, aumentou significativamente a sua cobertura, uma vez que era a menos coberta no relatório anterior;
- a medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, apesar de apresentar uma diminuição face aos dados do período anterior, mantém-se com valores significativos;
- é de registar uma acentuada diminuição da cobertura nas atividades reportadas, em todas as medidas relativas à influência política (4.5, 4.6, 4.7 e 4.8).

LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO

Após uma leitura dos dados, medida a medida, julga-se ser importante uma leitura dos dados globais, por objetivo. Afinal, qual(is) o(s) objetivo(s) em que se apostou mais no último ano? Qual(is) o(s) que necessita(m) de maior atenção? Qual a tendência face aos últimos anos?

Iniciamos com uma leitura por número de inquéritos preenchidos¹⁶:



Este gráfico permite-nos perceber que dos 138 inquéritos preenchidos, 26 inserem-se no objetivo 1 (19%), 40 no objetivo 2 (29%), 33 no objetivo 3 (24%) e 39 no objetivo 4 (29%).

Isto coloca os objetivos 2 e 4 como os mais cobertos e os objetivos 3 e 1 como os menos cobertos. Comparativamente ao ano passado, pode-se observar esta mesma divisão, mas com alterações internas dentro de cada uma. Repare-se com maior detalhe:

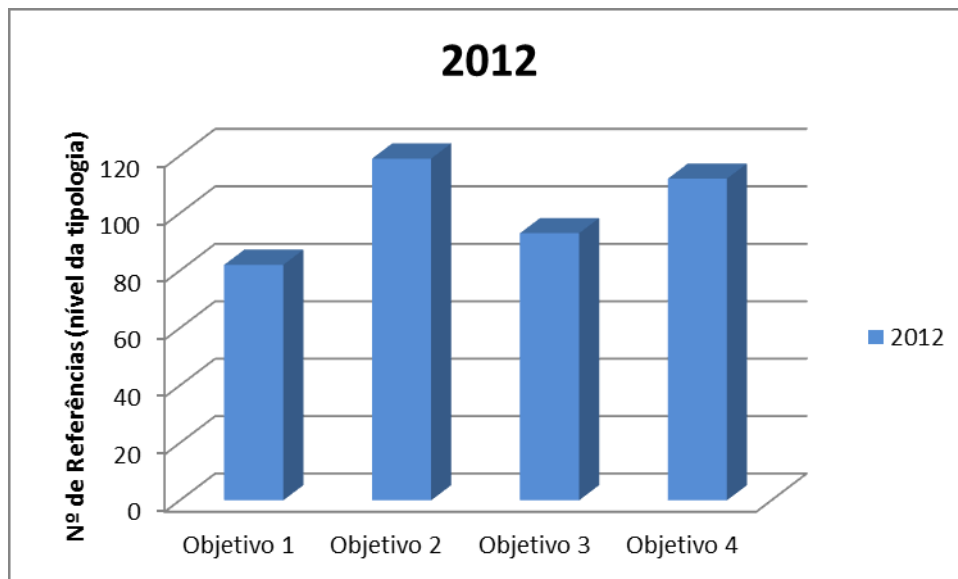
- o objetivo 2, de educação formal, que, no ano anterior se encontrava na segunda posição, apresenta-se, no ano de 2012, como o objetivo com maior número de referências. De salientar que, este ano, temos um maior número de ESE a participar na recolha de dados, o que pode ter influenciado este aumento;
- o objetivo 4, vocacionado para as atividades de sensibilização e de influência política, ocupa o segundo lugar de cobertura, enquanto que no ano passado ocupava o primeiro, mantendo, no entanto, um nível muito próximo do objetivo 2;

¹⁶ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 41 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

- o objetivo 3, que estava em último lugar no ano passado, aparece em terceiro lugar em 2012. Mais uma vez um aumento nas áreas da educação, nomeadamente na educação não formal;

- o objetivo 1, ligado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil, revela-se, no presente relatório, como o menos trabalhado.

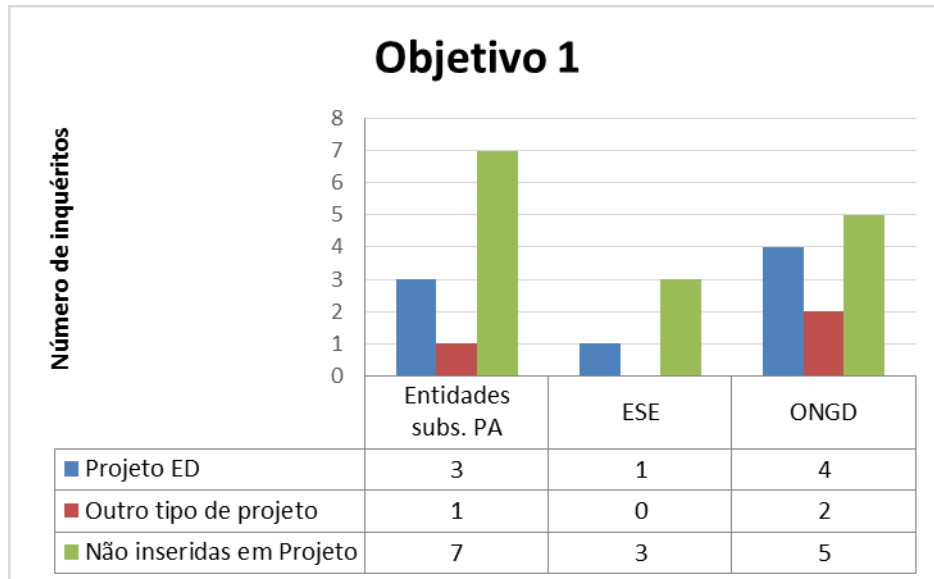
Após uma análise por inquérito, podemos efetuar uma análise pela alocação das medidas às tipologias, como vemos no gráfico seguinte¹⁷:



Interessante verificar que as tendências se mantêm, caso se faça uma análise por inquérito ou por tipologia de atividades (recorde-se que cada inquérito, caso reporte um projeto ou uma atividade pode fazer referência a diversas tipologias de atividades e, por isso, esta nossa análise diferenciada).

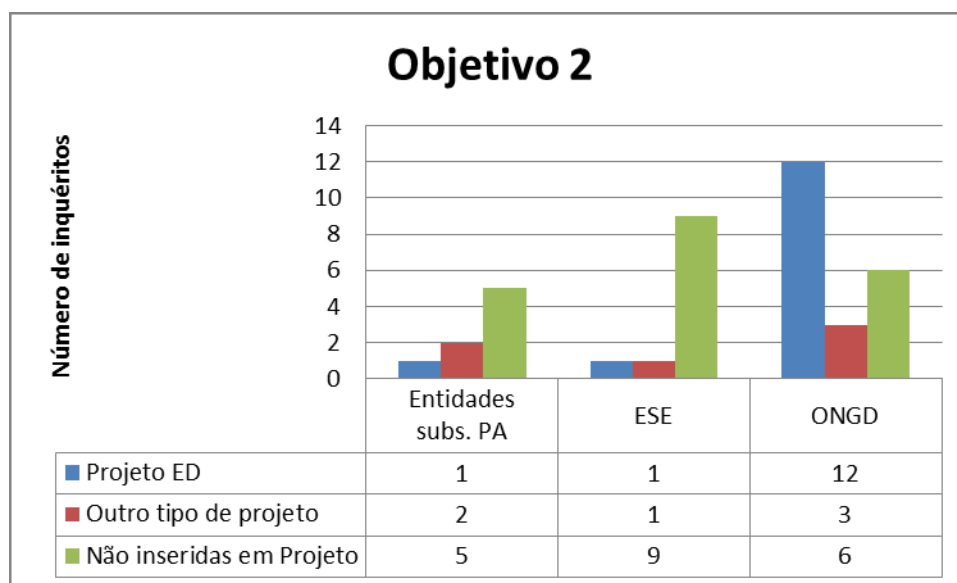
¹⁷ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 40 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

Este ano, a introdução da divisão por projeto de ED, atividade inserida noutra tipo de projeto e atividade não inserida em projeto, permite-nos realizar ainda outras leituras. Assim, podemos observar como se relacionam o número de inquéritos preenchidos com os principais atores. Vejamos:



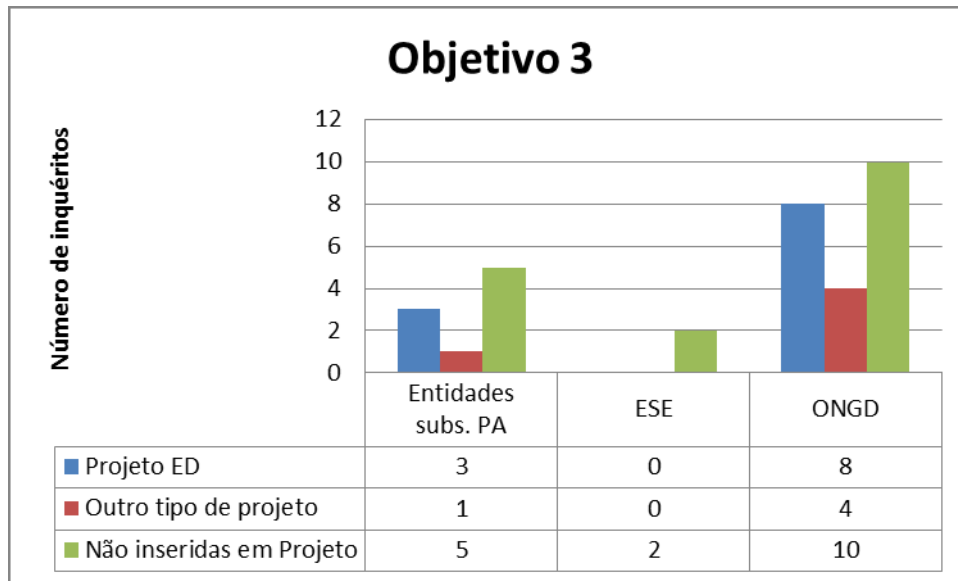
O gráfico anterior permite cruzar a informação sobre o tipo de atividades a que nos referimos com os atores promotores das mesmas.

Para o objetivo 1, por exemplo, pode comprovar-se que existem 8 projetos de ED, nos três tipos de entidades que compõe o nosso relatório. Pode ainda observar-se que as entidades subscritoras do PA são quem mais promove atividades não inseridas em projetos dentro deste objetivo de capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil. As entidades e as ONGD apresentam o mesmo número de entradas para o objetivo 1.

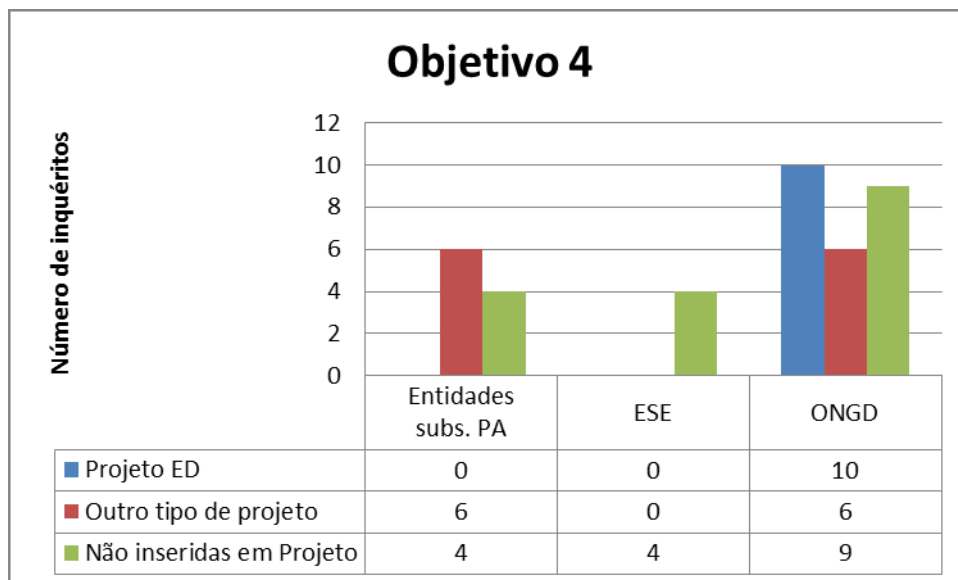


Relativamente ao objetivo 2, podem salientar-se alguns aspetos:

- a existência de um número razoável de projetos – 14, no total, sendo o objetivo com maior número de projetos estruturados.
- a predominância das ESE no que toca a atividades não inseridas em projetos, o que é compreensível devido à natureza das mesmas entidades.
- a predominância das ONGD como executantes de atividades, no geral, o que também é facilmente justificável pelo maior número de respondentes no universo deste tipo de entidades.

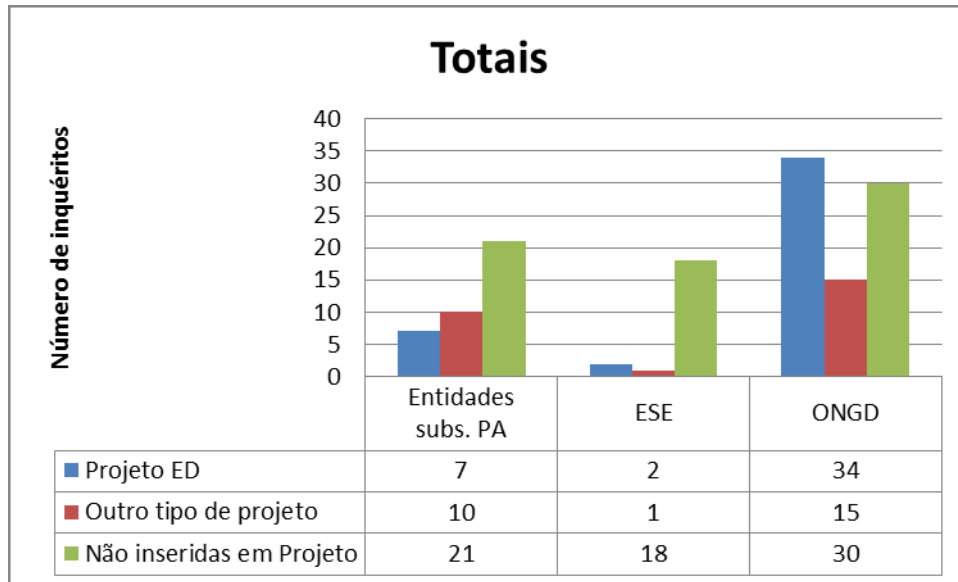


O objetivo 3, dedicado à educação não formal, permite verificar a existência de 11 projetos e a clara predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo, dentro das respostas obtidas.



Face ao objetivo 4, pode concluir-se que foram reportados 10 projetos, todos promovidos por ONGD e que estas também se salientam enquanto promotoras.

De salientar que este objetivo é o que apresenta o maior número de atividades não inseridas em projetos.



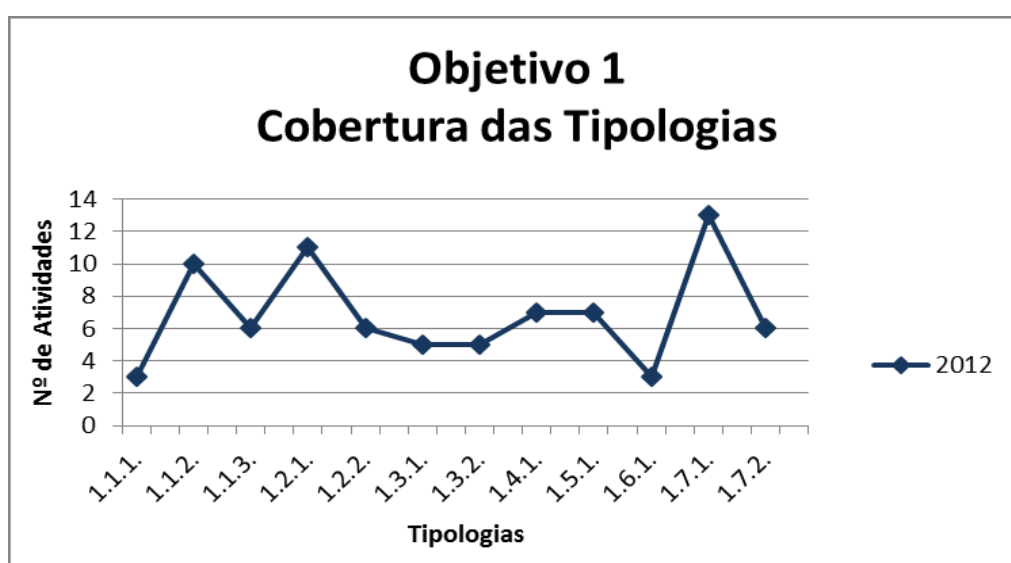
Para termos uma ideia geral da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores promotores das mesmas, podemos verificar que:

- As ONGD são o ator que apresenta um maior nível de atividades, no geral, e um particular número de projetos de ED;
- Existe um número significativo de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED;
- Há uma grande expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto.

LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE

Após uma análise dos dados com base nas medidas e com base nos objetivos, pode-se ainda ir ao nível das tipologias de atividade, verificando quais as tipologias que foram identificadas pelas entidades contactadas como sendo as tipologias mais cobertas pelas suas atividades. Os quadros seguintes apresentam essa informação, agrupada por objetivo.

Iniciemos pelo objetivo 1¹⁸:



Mantêm-se as tendências da fraca execução da tipologia 1.1.1, que se debruça sobre a criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED, e da tipologia 1.6.1, referente à identificação e à criação de mecanismos de participação de organizações reconhecidas enquanto representantes da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED.

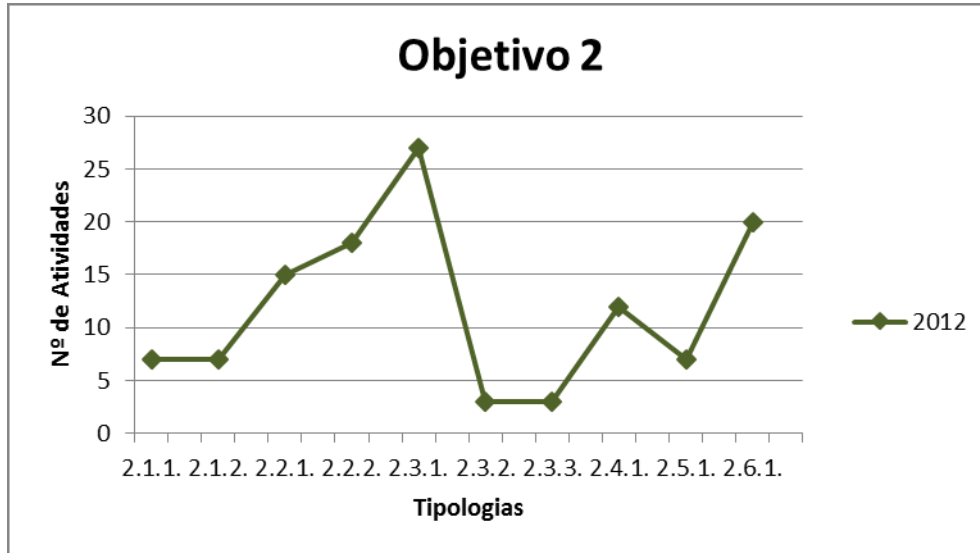
Verifica-se também, pelo lado positivo, a predominância das tipologias 1.2.1 e 1.7.1 que dizem respeito à organização de seminários, conferências e debates sobre ED, a nível nacional e internacional.

De salientar a relevância ganha pela tipologia 1.1.2, promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED e a

¹⁸ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 41 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

diminuição da tipologia 1.3.1, referente ao reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED.

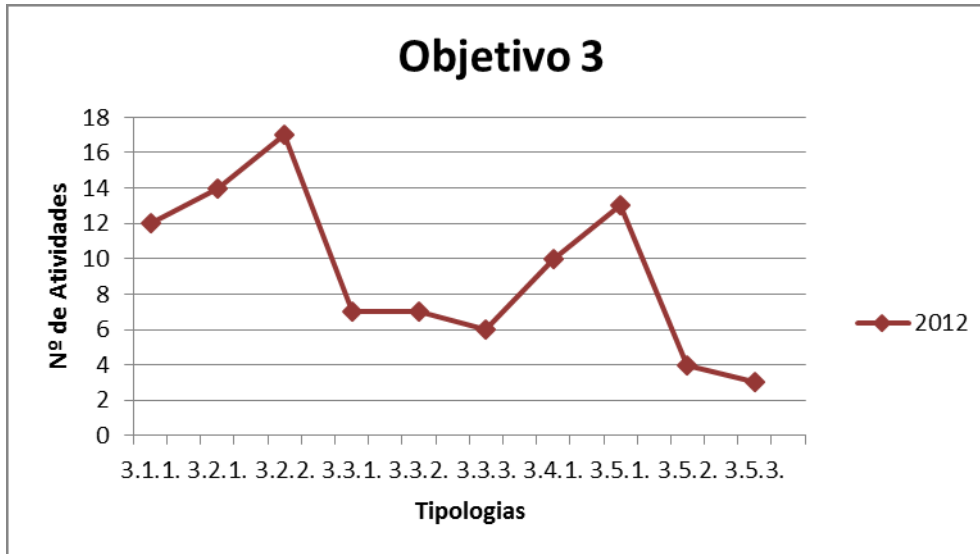
Passando para o objetivo 2¹⁹:



Relativamente ao objetivo 2 mantém-se a tipologia 2.3.1, referentes à promoção e projetos colaborativos de ED no setor da educação formal, o que é compreensível dada a clareza de redação da tipologia e a sua grande abrangência.

De salientar, para 2012, a melhoria na cobertura das tipologias 2.1.1, sobre a existência de módulos de ED na formação inicial de docentes, e 2.3.2, ligada à existência de projetos colaborativos de entidades públicas de ensino e organizações da sociedade civil, a nível regional, que, no relatório anterior eram quase inexistentes. Esta alteração poderá ser justificável pela maior participação das ESE no relatório. Ainda assim, são as menos cobertas em conjunto com as tipologias 2.1.2, 2.3.3 e 2.5.1.

¹⁹ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 41 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

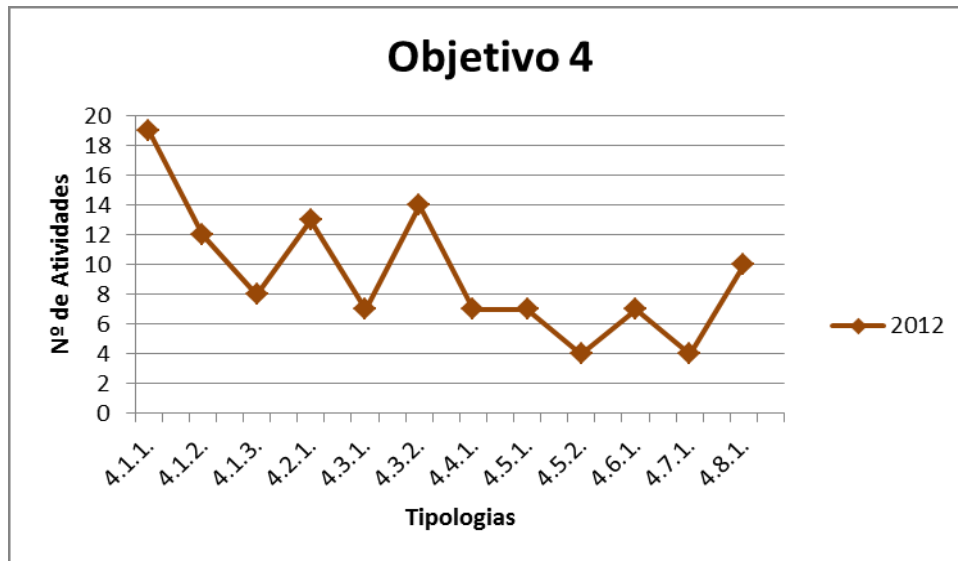


O objetivo 3, dedicado à educação não formal, apresenta situações bastante díspares relativamente ao relatório do ano anterior²⁰. Talvez esta situação esteja relacionada com o novo modelo de recolha de dados. No entanto, esta é apenas uma hipótese.

Sublinham-se as tipologias 3.1.1, 3.2.1, 3.2.2 e 3.5.1 como as mais cobertas, sendo referentes a atividades realizadas entre OSC e entidades públicas, promoção e colaboração de diversas entidades em ações de ED, atividades promovidas por entidades que trabalham com jovens e organização de encontros para partilha e troca de experiências entre a educação formal e não formal. Embora em escala reduzida, as tipologias 3.3.2, que concerne a ações de capacitação sobre o conceito de ED, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos/nas estudantes de comunicação social, e 3.3.3, relativa a processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED, passaram a ter atividades registadas. O que quase não se verificava no relatório anterior.

Diminuiu a referência a atividades como a 3.4.1 e a 3.5.3, relativas à divulgação de materiais e recursos educativos (o que coincide com o mesmo tema no objetivo 2, da educação formal) e à participação de delegações portuguesas em eventos e redes internacionais. E persiste num nível reduzido as atividades das tipologias 3.5.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal) e 3.5.3 (apoio à participação e delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED).

²⁰ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 42 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.



No objetivo 4²¹, mantêm-se as tendências positivas do maior nível de cobertura das tipologias 4.1.1 e 4.3.2 que englobam, respetivamente, campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED e ações que privilegiam os meios de comunicação social.

Salienta-se a clara tendência de melhoria da cobertura das tipologias 4.1.2, 4.1.3, 4.2.1, referentes a atividades de sensibilização, e a tendência de decréscimo de tipologias relativas à influência política (4.4.1, 4.5.1, 4.5.2, 4.6.1, 4.7.1 e 4.8.1), o que vai de encontro ao que já foi assinalado anteriormente face a esta situação.

Os dois objetivos finais, respetivamente 5 e 6, estão relacionados com atividades específicas da Comissão de Acompanhamento enquanto principal responsável pelo cumprimento da ENED e pela execução do Plano de Ação. Estes serão analisados de seguida.

²¹ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 43 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

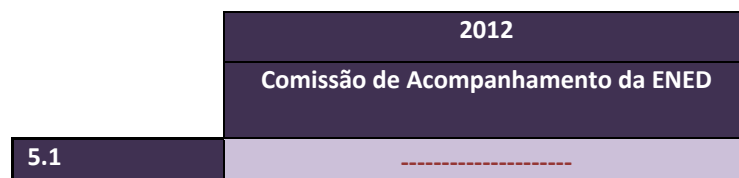
OBJETIVO 5

Atividades de dinamização da ENED

5.1 Organização de Jornadas anuais temáticas de formação em ED, por iniciativa, em paridade, de entidades públicas e da sociedade civil.

5.1.1 Promoção de uma mostra regular e contextualizada de materiais e recursos educativos no quadro das Jornadas anuais de ED

5.1.2 Participação de convidados internacionais (peritos e/ou representantes de uma entidade pública ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Jornada anual de ED



No ano de 2012 foram realizadas Jornadas ED, em janeiro. No entanto, este evento ainda dizia respeito à planificação do ano anterior. Por esta razão não se registam tais Jornadas como evento de 2012.

Estas Jornadas tiveram como tema *Educação para o Desenvolvimento* nas escolas, numa clara referência ao objetivo 2. A memória da iniciativa pode ser consultada na página do CICL²².

5.2 Organização de um Fórum anual de ED, por iniciativa, em paridade, de duas instituições públicas (uma delas, o IPAD) e duas plataformas da sociedade civil (uma delas, a Plataforma Portuguesa das ONGD).

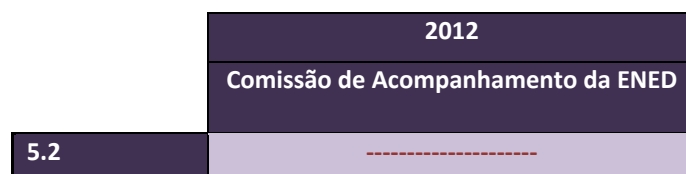
5.2.1 Participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Fórum anual de ED

5.2.2 Apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal, no quadro do Fórum anual de ED

²² www.instituto-camoes.pt (o relatório pode ser acedido aqui : <https://www.instituto-camoes.pt/sociedade-civil/educacao-para-o-desenvolvimento>).

5.2.3 Participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

5.2.4 Participação dos atores envolvidos nas ações de influência política e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores



Em 2012 ainda não foi possível realizar o Fórum anual de ED por falta de disponibilidade para dar resposta, num mesmo ano, à organização das Jornadas e do Fórum.

OBJETIVO 6

Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED

6.1 Planificação da ENED

6.1.1 Exercícios de Planificação anual

	2012
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.1.1	-----

Para o ano de 2012 não foi possível realizar uma planificação anual das atividades de ED, onde constassem os dados das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED.

6.2 Acompanhamento da ENED

6.2.1 Conceção de um sistema de acompanhamento adaptado à complexidade de uma estratégia nacional multi-atores

6.2.2 Alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos

6.2.3 Elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED

	2012
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.2.1	1
6.2.2	1
6.2.3	1

A tipologia 6.2.1 já estava cumprida com a construção do dispositivo de acompanhamento, criado para ser alimentado com as atividades das diversas instituições que concorrem para a execução do Plano de Ação da ENED. No entanto, no ano de 2012 foi criado um sistema de recolha de dados informatizado que permitiu responder a recomendações do relatório anterior, facilitando a recolha da informação e aumentando a sua fiabilidade.

A tipologia 6.2.2 também foi cumprida uma vez que a Comissão de Acompanhamento manteve os seus encontros de forma regular, tendo sido realizados 15 encontros.

O Grupo de Trabalho 2 reuniu duas vezes no ano de 2012, como previsto, a 19 de julho de 2012 e a 13 de dezembro de 2012.

Uma das funções da Comissão de Acompanhamento é a divulgação nacional e internacional da própria ENED e da situação portuguesa face às temáticas da Educação para o Desenvolvimento²³. No ano de 2012, múltiplos foram os momentos em que se fez a apresentação pública da mesma. Apresentamos, em seguida, alguns desses momentos:

2012
<ul style="list-style-type: none"> - Participação no programa da RTP2, “Sociedade Civil”, dedicado à ED e à ENED, onde estiveram presentes 3 representantes da Comissão de Acompanhamento (Camões, Plataforma e CIDAC) - 28 de junho; - Apresentação preliminar do Relatório ENED 2010-2011 às ONGD - 19 de julho; - Menção na abertura e encerramento do Congresso Europeu de Educação Global – 27-28 de setembro; - Sessão no quadro do workshop “DEAR Capacity Building & Capitalization” promovido pela Comissão Europeia – 8 de outubro; - Sessão de apresentação no ACIDI IP para Associações de Imigrantes – 19 de outubro.

Durante o ano de 2012 foi redigido e apresentado o relatório de 2010 e 2011²⁴, no âmbito do projeto “Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)”, cumprindo, desta forma, o previsto na tipologia 6.2.3.

²³ Para consultar referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED, ver Anexo 4, pág. 83.

²⁴ www.instituto-camoes.pt (o relatório pode ser acedido aqui : <https://www.instituto-camoes.pt/sociedade-civil/educacao-para-o-desenvolvimento>).

6.3 Avaliação da ENED

6.3.1 Conceção do sistema de avaliação

6.3.2 Avaliação intermédia

6.3.3 Avaliação final

	2012
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.3.1	1
6.3.2	Não se aplica
6.3.3	Não se aplica

O sistema de avaliação da ENED está pensado e plasmado na ENED. No entanto, por constrangimentos diversos, assistiu-se a uma reestruturação do mesmo, tendo-se optado por não realizar a avaliação intermédia em 2012/2013. Em todo o caso é de salientar que o processo de realização do *Peer Review* levado a cabo pelo GENE, iniciado em 2012, teve o seu arranque, sendo, que, previsivelmente, o relatório final só virá a ser lançado no início de 2014, e do qual se espera retirar aprendizagens sobre a situação da ED em Portugal.

A avaliação final está prevista para 2015-16, como balanço e encerramento da ENED 2010/2015.

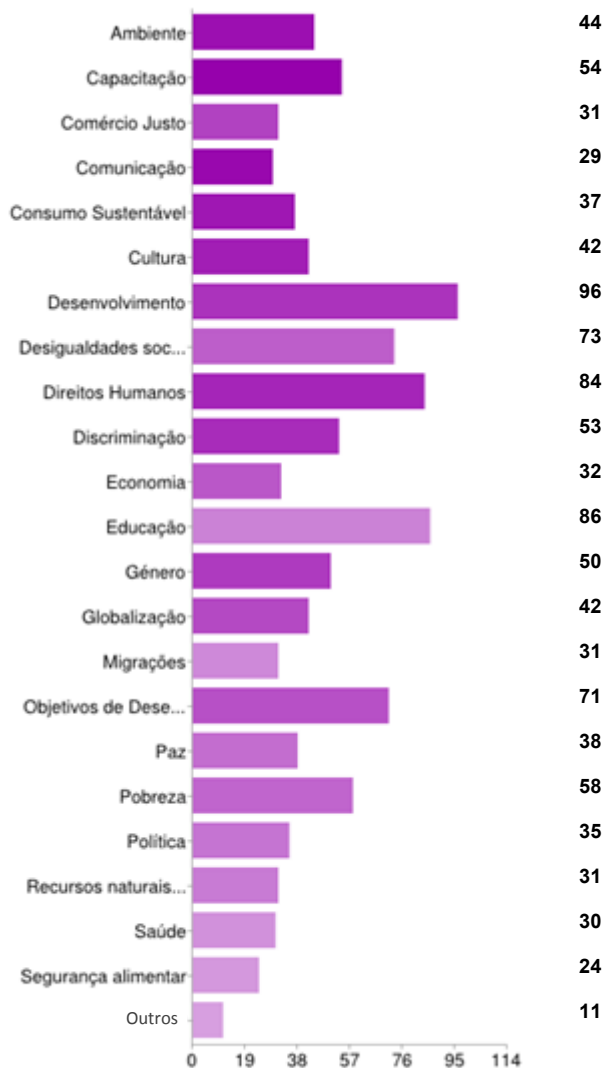
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO

CONTEÚDOS

Durante o processo de recolha de dados de 2012, teve-se o cuidado de não só garantir a melhoria da qualidade e da fiabilidade dos dados, mas também introduzir certas inovações, respondendo a inquietações sentidas durante a execução do relatório do ano anterior. A análise de conteúdos das temáticas que as entidades abordam nas suas atividades é uma dessas inovações.

Utilizamos, como conteúdos a assinalar pelos inquiridos, uma listagem adaptada do relatório europeu *Development Education & Awareness Raising Study Final Report*.

Observe-se os resultados obtidos:



A observação permite-nos identificar:

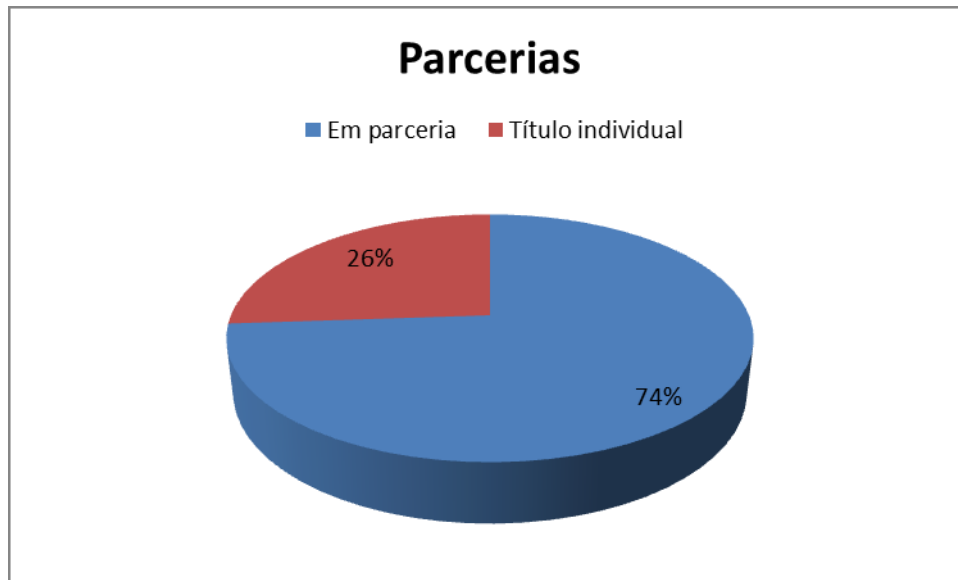
- temáticas mais trabalhadas, com mais de 80 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos;
- temáticas mediamente referidas (entre 40 a 80 referências) – ambiente, capacitação, cultura, desigualdades sociais, discriminação, género, globalização, ODM e pobreza;
- temáticas menos trabalhadas, até 40 referências – comércio justo, comunicação, consumo sustentável, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar.

Em “outros”, surgiram os seguintes temas:

- Alfabetização
- Cidadania
- Exclusão social
- Exploração laboral
- Voluntariado
- Interculturalidade
- Mutilação genital feminina
- Tecnologias da Informação e da Comunicação
- Violência de género

PARCERIAS

A exemplo do relatório anterior observou-se a tendência expressa sobre a prática de trabalho em parceria, em Portugal. Após uma análise dos dados, obteve-se o seguinte gráfico²⁵:



Da análise dos dados recolhidos observa-se a mesma tendência do ano anterior, um número muito expressivo dos projetos/atividades são executados em parceria - 74% -, sendo que 26% aparecem com a indicação da própria organização como única entidade executora. Isto permite concluir, a exemplo de 2011, que, apesar de poder haver um caminho a fazer de estreitamento de relações entre os diversos atores a intervir em ED, em Portugal, os dados mostram que há prática efetiva de trabalho em parceria e redes.

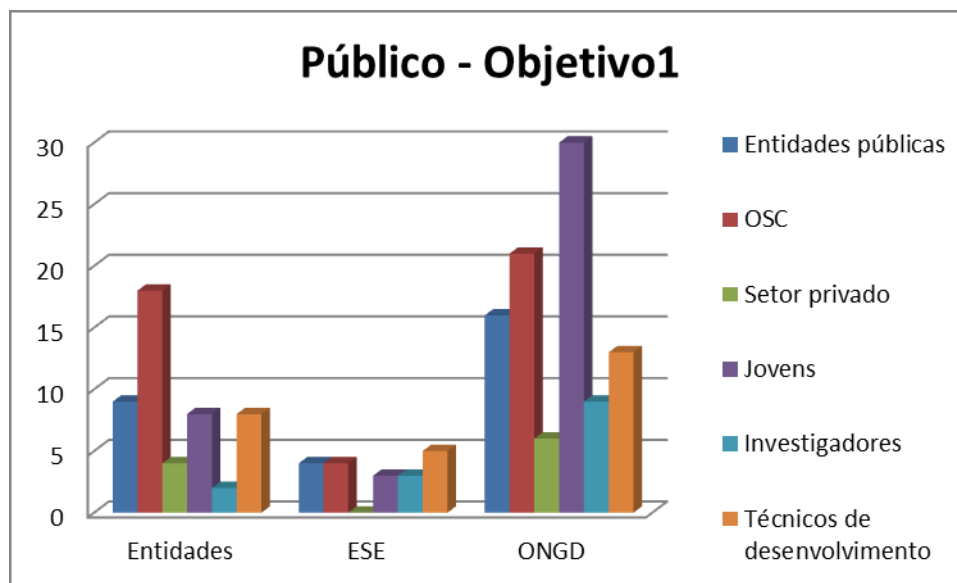
²⁵ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 65 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

PÚBLICOS

A categorização por públicos esteve, este ano, facilitada, uma vez que utilizamos as categorias encontradas e validadas na experiência do relatório anterior, o que facilitou bastante a recolha e a validade dos dados.

Note-se que o critério utilizado, para análise do público, não é o número absoluto de grupos destinatários das atividades, uma vez que não existe acesso a esses dados, mas o número de referências aos vários tipos de público nos inquéritos.

Para o ano de 2012 foram encontrados os seguintes dados:



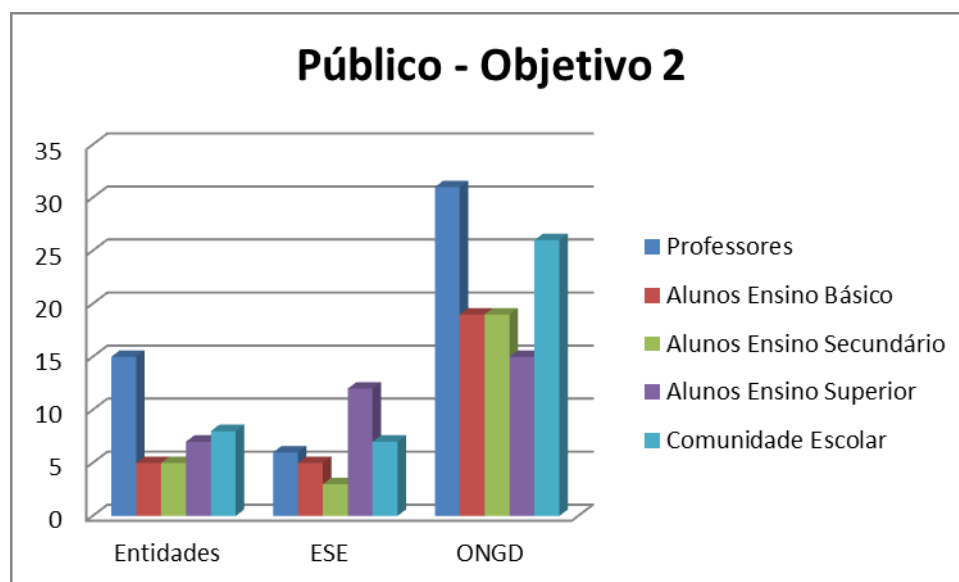
Da observação do gráfico anterior, referente ao objetivo 1 pode-se salienta²⁶:

- a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil;
- a fraca contribuição das ESE, no geral, para este objetivo;
- a presença significativa das ONGD, com especial relevância para o público “jovens”, uma predominância que não se verificou no período relativo ao relatório anterior, bem como de “OSC” e “entidades públicas”, o que apenas vem confirmar a direção deste objetivo 1;

²⁶ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 57 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

- para terminar, ainda sublinhar o incremento do reporte de atividades destinadas aos “investigadores”, “técnicos de desenvolvimento” e ao “setor privado”, embora este se mantenha com valores baixos.

Passando à análise dos dados do objetivo 2, obteve-se o seguinte cenário²⁷:



Este objetivo, uma vez que se dedica à educação formal, engloba os seguintes públicos-alvo – docentes, discentes do ensino básico, secundário e superior e comunidade escolar.

De salientar:

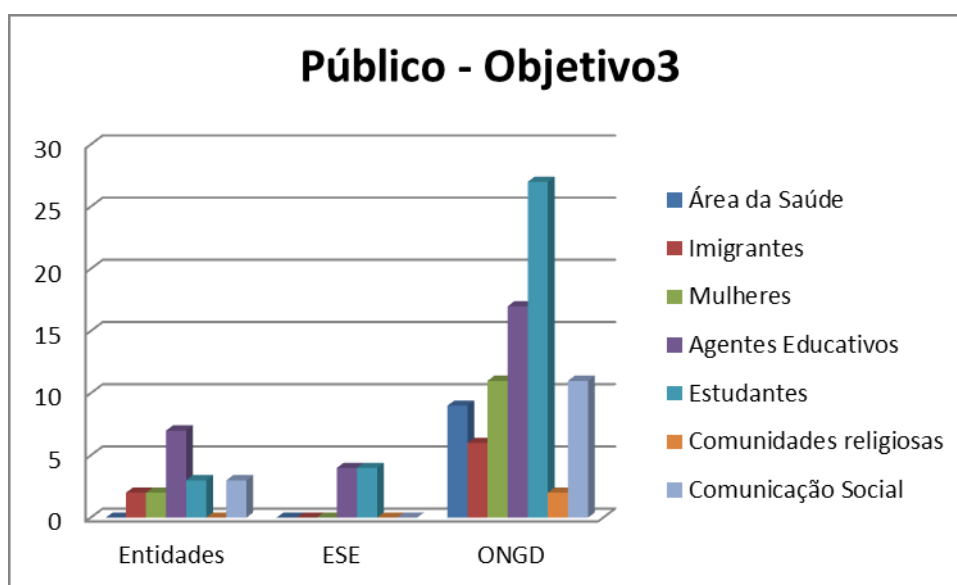
- as entidades apresentam um número significativo de atividade dirigidas a docentes, o que representa uma alteração na tendência do relatório do ano anterior. Verifica-se, depois, uma distribuição bastante uniforme entre o nível de estudos a que se dedicam, apresentando valores idênticos para os ensinos básico e secundário. De concluir ainda que têm atenção à comunidade escolar como um todo;

- as ESE confirmam os/as estudantes do ensino superior como seu público de eleição. A presença do ensino básico também é compreensível uma vez que a formação ministrada nas ESE prepara futuras/os profissionais da educação para o pré-escolar, 1º e 2º ciclos do ensino básico e, portanto, é lógica a interação entre os dois públicos-alvo. De salientar ainda a preocupação com as/os docentes e a comunidade escolar;

²⁷ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar os gráficos das páginas 58 e 59 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

- as ONGD, que representam os principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades), o que reforça o papel das intervenções das mesmas no âmbito da educação formal e a sua aposta forte na formação de docentes e a intervenção com a comunidade escolar. De realçar, ainda, o caráter transversal da sua atuação, ao estarem representados os diversos níveis de ensino no seu campo de ação.

Passando, em seguida, à observação do gráfico correspondente às atividades do objetivo 3, direcionado para a educação não formal²⁸:



Iniciando pela análise dos dados das instituições, pode-se verificar que as suas atividades são muito marcadas, mais uma vez, pela sua própria missão.

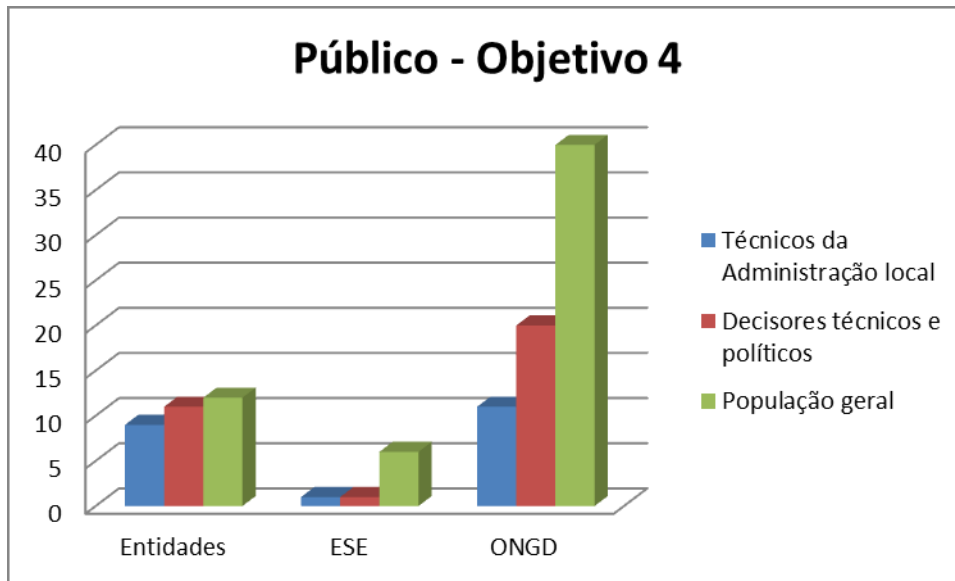
De salientar o papel dos agentes educativos, nos três tipos de entidade, o que deixa entrever um caráter importante à formação de públicos multiplicadores.

Observando o papel das ESE nas atividades de ED no campo da educação não formal, observa-se que o seu público continua a ser, com alguma coerência, os agentes educativos e os e as estudantes.

Passando aos dados das ONGD, existe uma maior distribuição dos públicos, com maior relevo para estudantes - o que vai de encontro à tendência verificada no relatório anterior-, agentes educativos, mulheres e profissionais de comunicação social. De salientar aqui o trabalho de ONGD vocacionadas para áreas específicas como a igualdade de género, a imigração, a saúde ou mesmo os valores religiosos.

²⁸ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 60 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

Tenham-se em atenção, agora, os públicos do objetivo 4²⁹:



Este objetivo, como já foi referido atrás, prende-se com duas áreas principais – a sensibilização e a influência política, portanto, é normal que se encontrem categorias de públicos que entronquem nestas duas áreas, como a população em geral, pessoal técnico da administração local e indivíduos em cargos de tomada de decisão técnica e política.

Assim, verifica-se que as entidades, este ano, apresentam uma maior distribuição dos públicos com quem trabalham. No caso das ESE, a sua ação concorrente para o objetivo 4, em geral, não é muito expressiva e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral.

Por último, no caso das ONGD, a tendência presente no relatório anterior é totalmente validada, verificando-se valores mais relevantes, nas três categorias. Vê-se uma aposta forte em atividades de sensibilização da população em geral, apresentando também, embora de forma bastante mais reduzida, ações de influência política junto de agentes de tomada de decisão técnica e política, e ainda com menor incidência, junto de autoridades locais.

²⁹ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 61 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

Uma vez que existia a possibilidade de escolha da opção “Outros”, seguida da sua identificação, apresenta-se a lista destes outros públicos identificados:

- Agentes da Guarda Nacional Republicana
- Agentes educativos das Redes Sociais Concelhias
- Comunidade (2 referências)
- Crianças
- Dirigentes Associativos (2 referências)
- Funcionários bancários
- Jovens Urbanos Ativos (25/35 anos)
- ONG Ambientais
- População do bairro x
- Refugiados e beneficiários de proteção humanitária
- Responsáveis pela Pastoral Juvenil
- Sindicatos
- Técnicos de Património

ENTIDADES FINANCIADORAS

A análise das entidades financiadoras também pareceu relevante no sentido de se perceber quem está a financiar as atividades de ED em Portugal e como isso influencia a sustentabilidade e a continuidade das mesmas.

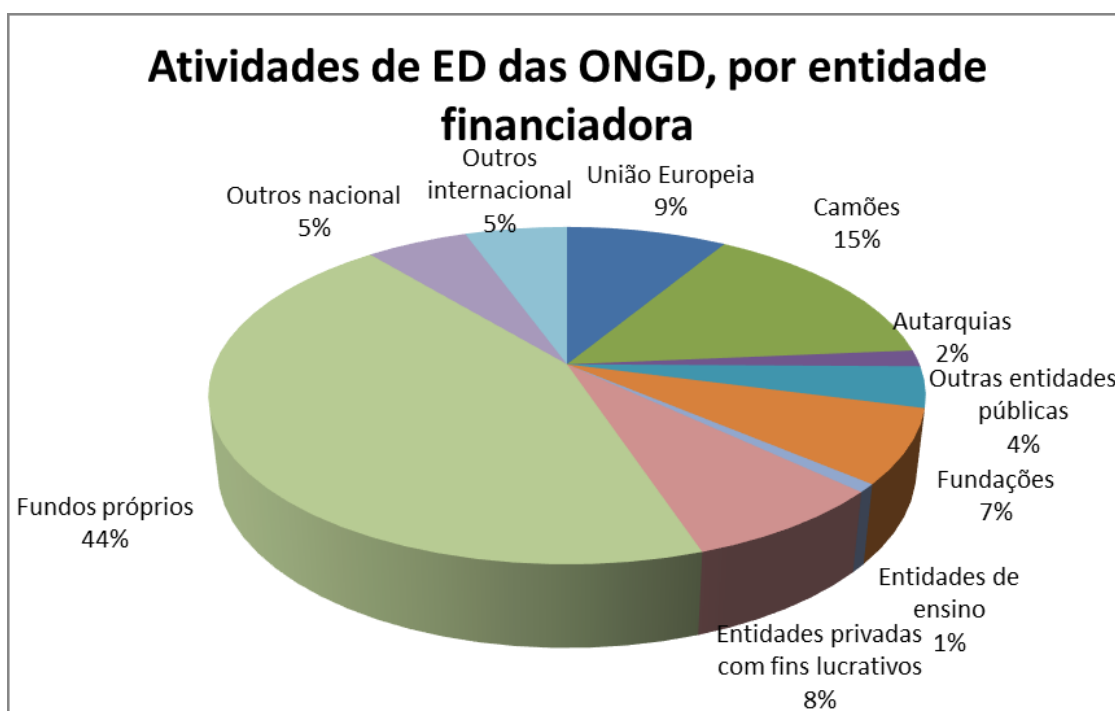
Após a análise dos dados recolhidos e alguns ajustes sentidos no relatório anterior, procedeu-se à seguinte categorização:

- União Europeia
- Conselho da Europa
- CICL³⁰
- Autarquias
- Outras Entidades públicas
- Fundações
- Entidades de ensino
- Entidades privadas com fins lucrativos
- Fundos próprios
- Outros de carácter Nacional
- Outros de carácter Internacional

De salientar, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma.

Note-se ainda que as percentagens apresentadas não se referem ao volume de financiamento, mas ao número de vezes que estas entidades são referenciadas como financiadoras das atividades reportadas nos inquéritos preenchidos pelas entidades.

³⁰ O CICL, um dos elementos da Comissão de Acompanhamento, teve, ao longo do ano de 2012, um papel fundamental como financiador de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento. De realçar que o próprio Instituto procura integrar a ENED no seu modo de financiamento ao pedir que, nas candidaturas, as ONGD indiquem já os objetivos para as quais se propõem concorrer. Ver Anexo 3, pág. 82.



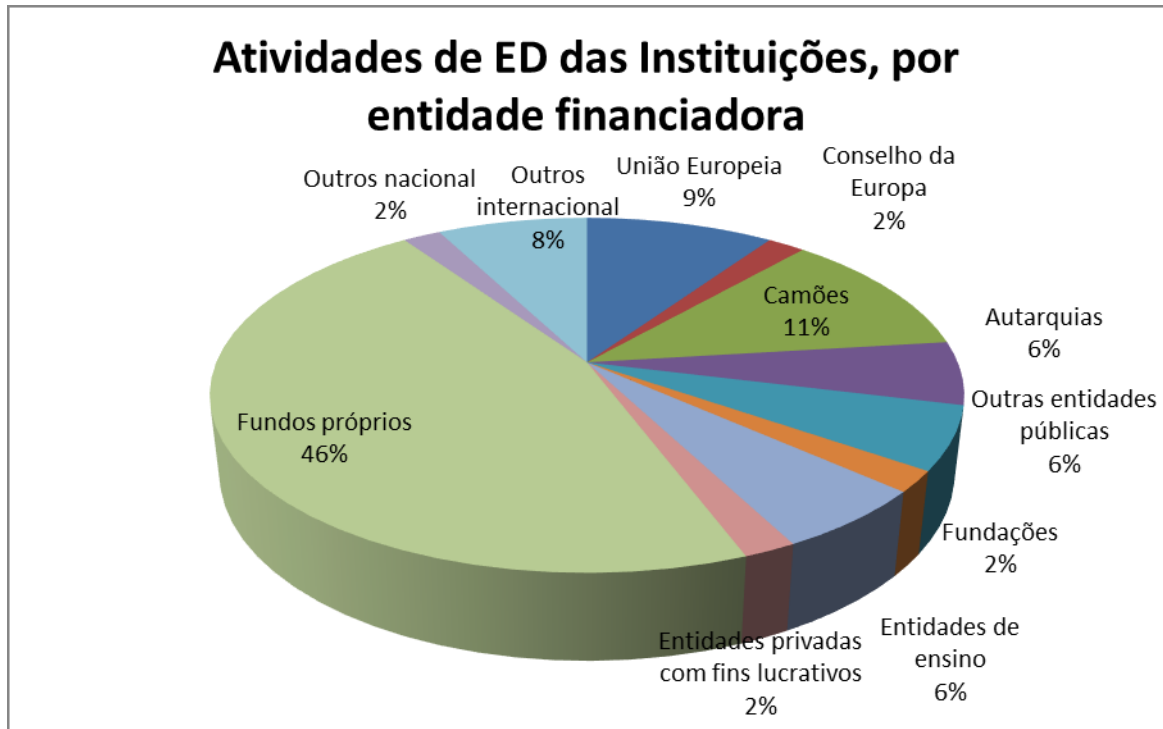
O facto de, no inquérito realizado para a recolha de dados, ser obrigatório selecionar uma opção de entre as possíveis, fez com que não exista, este ano, a categoria de “não identificado”, o que altera significativamente os dados finais.

Assim, em 2012³¹, observa-se a predominância da rubrica “fundos próprios”, o que significa que a maioria das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições.

Para além dos fundos próprios, o CICL é a entidade financiadora referenciada mais frequentemente (15%).

Importa salientar que há ainda fontes de financiamento raramente referenciadas, sendo desejável que pudessem apresentar-se como alternativas de financiamento – a União Europeia (9%), as entidades privadas (8% - repare-se que são já o quarto tipo de entidades financiadoras) e as fundações (7%).

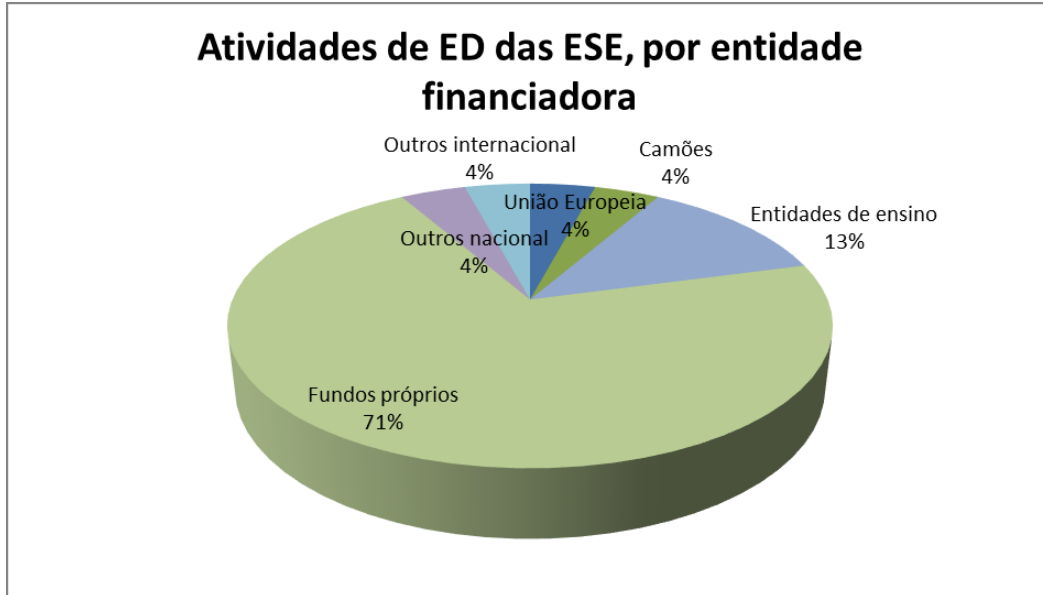
³¹ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 63 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.



Nota-se, mais uma vez, uma grande alteração dos dados, face ao ano anterior³², devido à não existência da categoria “não identificado”.

Assim, a grande predominância volta a ser a dos “fundos próprios” – como muitas delas são entidades públicas, têm um orçamento específico decorrente do Orçamento de Estado –, seguido pelo CICL e pela União Europeia. De realçar “outros internacional” que apresenta um número de referências considerável (8%) em comparação com as restantes entidades.

³² Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 64 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.



A situação das ESE é um pouco diferente, pois são uma entidade promotora muito específica. Volta a verificar-se a grande predominância dos “fundos próprios”, onde se encontra a situação de financiamento do estado, pela sua natureza, e pelos próprios públicos. De realçar ainda a distribuição bastante uniforme perante os outros tipos de financiamentos.

COBERTURA GEOGRÁFICA

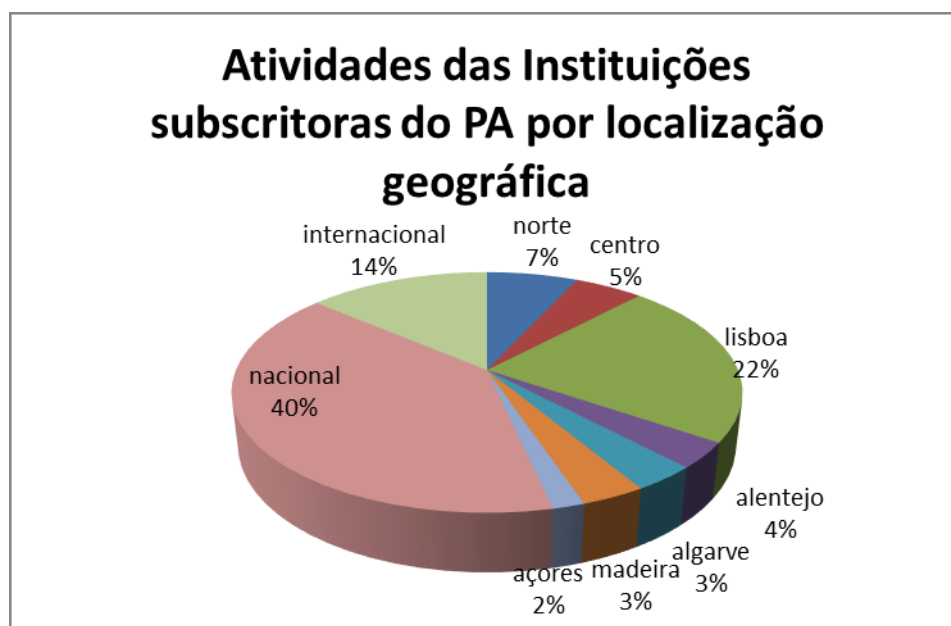
Considera-se importante analisar a distribuição geográfica das atividades referidas neste relatório, no sentido de perceber se há uma concentração das mesmas em alguma região particular do país ou se há uma distribuição equitativa.

Para esta análise manteve-se o critério estabelecido no relatório anterior da classificação geográfica assente na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, conhecida como NUTS de nível II³³.

Para além das categorias Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, foram criadas mais duas – Nacional e Internacional. Através do novo modelo de recolha de dados conseguimos prescindir da categoria Não Identificado, o que nos permite ter uma melhor observação dos dados.

Na análise dos dados considera-se ser importante, a exemplo do relatório anterior, observá-los por tipo de instituição, separadamente.

Comece-se, então, com a leitura dos dados relativos às atividades promovidas pelas instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED³⁴:



³³ Esta classificação divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003, em sub-regiões de três níveis. Para o relatório achou-se por bem utilizar as sub-regiões definidas no segundo nível (NUTS II), que comportam as seguintes regiões: Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

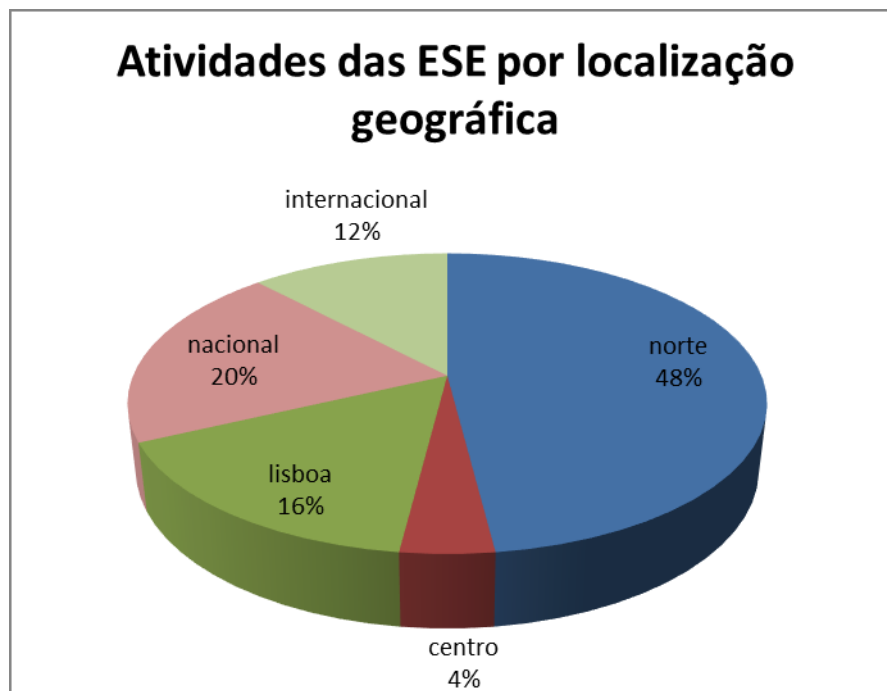
³⁴ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 50 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

Da observação do gráfico pode-se salientar o papel preponderante das atividades referenciadas como a nível nacional (40%), bem como as realizadas em Lisboa (22%). Este aumento muito significativo da categoria nacional, pode prender-se com o facto de muitas das atividades, apesar de se localizarem fisicamente num só local, pretenderem abranger públicos de todo o país, situação que foi mais criteriosamente enquadrada no presente processo de recolha de dados.

De salientar a manutenção da tendência das atividades na categoria Internacional, com a mesma percentagem do relatório de 2011.

Mantém-se ainda o facto de todas as outras zonas geográficas apresentarem dados inferiores a 10%.

Verificou-se um ligeiro aumento na percentagem relativa à região autónoma da Madeira, de 1 para 3%, e a inclusão da região autónoma dos Açores, com 2% e que não estava contemplada no relatório anterior.



Observando o gráfico correspondente aos dados recolhidos junto das ESE³⁵, verifica-se que no presente relatório se observa uma melhor distribuição dos dados, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas pelo território nacional – ESE de Viana do Castelo e do Porto, na região Norte, da Guarda e de Leiria, da região Centro e de Lisboa, da região com o mesmo nome.

³⁵ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 51 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

Assim, a região Norte mantém a sua preponderância, 48%, apesar de não manter os níveis do ano transato (65%).

De salientar ainda os valores referentes ao Centro, na ordem dos 4%, perante os 0% do relatório anterior, e os valores referentes a Lisboa, que também se apresentam superiores aos anteriores (de 6% passaram para 16%).

Importa sublinhar algo já referido no relatório de 2010-2011 - é sabido que outras ESE desenvolvem trabalho na área da ED, até em parceria com ONGD, no entanto, não foram recebidas informações no âmbito deste relatório. Continuar-se-á, nos próximos anos, a tentar reforçar estes contactos para se obter uma imagem cada vez mais próxima da realidade.

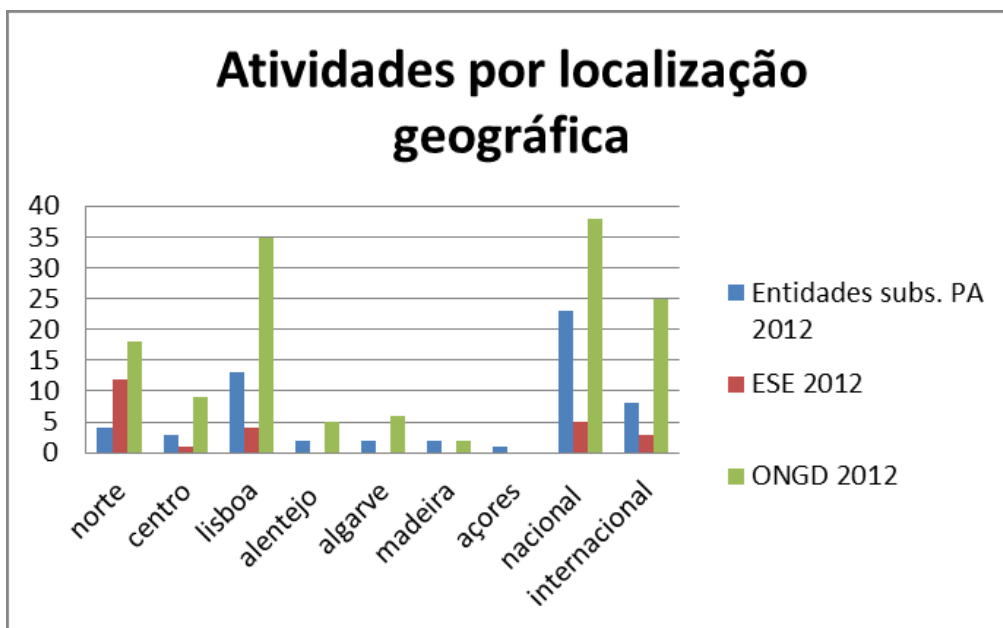


Da análise do gráfico dos dados recolhidos junto das ONGD³⁶, é possível observar:

- a manutenção da predominância do carácter nacional das atividades, seja através de campanhas de sensibilização nacionais, seja pela seleção dos públicos-alvo, sobretudo escolas e autarquias, com dispersão geográfica por todo o território;
- o papel ainda muito central de Lisboa como região de concentração de atividades, facto que não é de admirar tendo em conta a localização da sede das ONGD participantes no nosso relatório (72% em Lisboa, 15% no Norte, 5% no Centro e 8% no Alentejo);

³⁶ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 52 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

- o caráter significativo das atividades internacionais;
- valores no Norte na ordem dos 13%, e no Centro com 7%, mostrando já alguma dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo;
- o número residual de atividades centradas nas regiões Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas, o que estará, decerto, relacionado com o universo de ONGD presentes neste relatório, mas também com o número de organizações não governamentais existentes nessas regiões, bastante reduzido (tendo como base a distribuição geográfica das ONGD inscritas na Plataforma nacional).



Por último, este gráfico permite ter uma visão global da distribuição total das atividades, por unidade territorial, sendo possível comparar os três tipos de instituições (9 Entidades subscritoras do PA, 5 ESE e 40 ONGD)³⁷. Pensa-se que as conclusões a retirar já foram exploradas com os gráficos anteriores.

³⁷ Para uma leitura comparativa com 2010-2011, consultar o gráfico da página 53 do Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

F – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, pensa-se ser possível retirar algumas conclusões.

Conclusões

- Metodologia de elaboração do relatório
 - A metodologia de recolha dos dados, através de um inquérito on-line, foi francamente melhorada, o que permitiu a obtenção de dados mais fiáveis.
 - A alteração do processo de recolha – a divisão dos dados recolhidos nas tipologias “atividade inserida em projeto de ED”, “atividade inserida noutra tipo de projeto” e “atividade não inserida em projeto”, permitiu uma leitura muito mais apurada dos dados, no entanto, dificulta a comparação com os dados recolhidos no relatório de acompanhamento 2010-2011; sendo, assim, possível o estabelecimento de tendências face ao relatório anterior, mas não a comparação de números absolutos.

- Cobertura das Medidas
 - Verificou-se que os objetivos 2 e 4 apresentam um maior número de atividades, sendo o objetivo 1 aquele que apresenta o menor número de atividades (no relatório anterior este lugar era ocupado pelo objetivo 3).
 - No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), há a destacar face ao relatório anterior: a propensão para o acréscimo das referências à medida que se prende com o aumento e diversificação dos agentes capacitados para promover ações de ED (1.1); a manutenção da grande expressividade da medida relativa à realização de intercâmbios e reforço das relações entre organizações através da organização de seminários e conferências (1.7.); a diminuição da expressividade da medida relativa à disponibilização de informação relevante, nomeadamente nos centros de recursos educativos existentes em ED (1.3). Cruzando os atores de ED e os tipos de atividades, conclui-se que existem 8 projetos de ED, distribuídos pelos três tipos de atores (entidades subscritoras do PA, ESE e ONGD), que as entidades subscritoras do PA são quem mais promove atividades não inseridas em projetos dentro deste objetivo e que estas entidades e as ONGD apresentam o mesmo número de respostas ao inquérito.

- No objetivo 2 (educação formal), mantém-se a tendência de maior cobertura das medidas relativas à elaboração e divulgação de materiais de orientação pedagógica e didáticos (2.2.) e à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil (2.3.); é de ressaltar o aumento das menções relativas à integração da ED na formação inicial de docentes (2.1) e que era, no relatório passado, a medida menos coberta do objetivo 2 - este aumento relaciona-se, de forma inequívoca, com o aumento do número de ESE a responder ao inquérito, o que permite ter uma visão mais aproximada da realidade; a medida do objetivo com o menor número de iniciativas prende-se com a promoção de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior (2.5). Neste objetivo, é de sublinhar a existência de um número razoável de projetos – 14, no total; sendo o objetivo com maior número de projetos estruturados e tendo as ONGD como principais executantes de atividades.

- No objetivo 3 (educação não formal), mantém-se a inclinação para a pouca expressividade da medida referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED (3.1), que, eventualmente, poderá ter que ver com constrangimentos relacionados com a subsunção de atividades à particular formulação da medida; é de salientar um dado novo referente à diminuição expressiva da medida respeitante à promoção de materiais e recursos educativos (3.4.), que, no relatório anterior, apresentava níveis de cobertura mais satisfatórios; regista-se um incremento das atividades reportadas relativas à formação de agentes de ED (3.3.); é ainda de notar que a criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal (3.2.) permanece a medida com maior número de atividades. Neste objetivo, verifica-se a existência de 11 projetos e a clara predominância das ONGD enquanto atores privilegiados.

- No objetivo 4 (sensibilização e influência política), constata-se a tendência para a manutenção da supremacia das atividades relativas à promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem (4.1.); regista-se a orientação para o aumento das atividades na medida que prevê a concertação entre atores (4.2); é ainda de assinalar a disposição para uma acentuada diminuição do grau de cobertura das medidas que respeitam à consolidação da articulação com jornalistas e *media* (4.3.) e participação em ações de sensibilização de âmbito internacional (4.4.), bem como em todas as

medidas relativas à influência política (4.5., 4.6., 4.7. e 4.8.). É de assinalar que foram reportados 10 projetos, todos eles promovidos por ONGD.

- Análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e geográficos,

- Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados (informação que não estava disponível no relatório de acompanhamento de 2010-2011), foi possível diferenciar 3 níveis:

1) Temáticas mais trabalhadas, com mais de 80 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos;

2) Temáticas mediamente referidas (entre 40 a 80 referências) – ambiente, capacitação, cultura, desigualdades sociais, discriminação, género, globalização, ODM e pobreza;

3) Temáticas menos trabalhadas, até 40 referências – comércio justo, comunicação, consumo sustentável, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar.

- Parcerias: prática generalizada de trabalho em parceria - 74% dos projetos são realizados em parceria.

Note-se que o valor achado é similar ao valor encontrado no relatório de 2010-2011. Neste período, 73% dos projetos ou atividades foram executados mobilizando parcerias.

- Públicos: relevância dos seguintes públicos:

Objetivo 1 – Entidades públicas, OSC e jovens;

Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;

Objetivo 3 – Estudantes e agentes educativos;

Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Assinale-se que esta categorização não tem que ver com o número absoluto de públicos destinatários, mas com a frequência de referência aos tipos de público antes identificados.

- Entidades financiadoras: predominância do número de referências a fundos próprios e ao CICL ao nível dos financiamentos das ONGD (ambos representando 59%) e das entidades (ambos representando 57%). Nas ESE, há a referir os 71% de fundos próprios. Note-se que as percentagens não concernem

ao volume de financiamento, mas à frequência de referenciação das entidades financiadoras. Note-se também que em 36% dos inquéritos recolhidos não houve resposta quanto às entidades financiadoras.

- Cobertura geográfica: a distribuição geográfica das atividades encontra-se muito relacionada com a existência de atores na mesma Região, com preponderância na Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD, e na Região do Norte, no caso das ESE. De salientar o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional” (mais de 50%, nas entidades subscritoras do PA; mais de 45%, nas ONGD; cerca de 30%, nas ESE).

▪ Conclusões gerais

- Apesar das limitações do presente relatório e da dificuldade de comparação com o relatório relativo a 2010-2011, no que toca a valores absolutos, devido à alteração na metodologia de recolha de dados, verifica-se que a informação recolhida é de muito maior qualidade relativamente, permitindo, no presente relatório, uma análise das tendências, e, nos futuros, autorizando uma comparação entre os valores absolutos, devido à estabilização dos processos.

- Muito embora subsistam contrariedades quanto à mobilização de alguns atores importantes, considerando o aumento significativo do número de respostas e inquéritos preenchidos e de organizações e entidades envolvidas e o aperfeiçoamento da metodologia de recolha, face ao relatório de 2010-2011, o presente relatório indicia uma maior *apropriação* da ENED por parte dos atores relevantes.

- Não obstante os novos desafios resultantes das mudanças aceleradas de contexto e os constrangimentos relacionados com o financiamento e associados às atividades transversais de dinamização e de planificação, acompanhamento, avaliação da ENED (medidas 5.2., 6.1. e 6.3.), levados a cabo um exercício de planificação anual (2013), dois processos de elaboração de relatórios de acompanhamento (2010-2011 e 2012), um processo de preparação conjunta de participação no *Peer Review* do GENE – *Global Education Network Europe* (2012-2013), duas edições das Jornadas de ED (2010 e 2011-2012), várias reuniões da Comissão de Acompanhamento (15 em 2012) e do grupo de Trabalho 2 (duas em 2012) e celebrados um protocolo de colaboração (CICL e DGE) e um contrato-programa para a sua execução (CICL,

DGE, CIDAC e FGS), tudo aponta para um estreitamento de relações entre os atores dos diferentes grupos de trabalho em torno da ENED.

- Ainda que se registem dificuldades com a consumação de várias medidas - que carecem de uma maior atenção - e, designadamente, de uma parte importante das que respeitam ao objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), da medida que concerne à promoção da investigação (2.5.), no objetivo 2 (educação formal), das medidas que respeitam ao reconhecimento das organizações da sociedade civil (3.1.) e à promoção de materiais e recursos educativos (3.4.), no objetivo 3 (educação não formal), e de um número não despidendo das que concernem ao objetivo 4 (sensibilização e influência política), em particular das medidas relativas às ações de sensibilização envolvendo jornalistas e *media* (4.3.), tendo âmbito internacional (4.4.) ou às ações de influência política (4.5., 4.6, 4.7., 4.8.), constata-se uma tendência de consolidação ou de melhoria em 19 das 31 medidas previstas, com especial destaque para as medidas que contribuem para a consecução dos objetivos 2 e 3.

Recomendações

- Recomendações que constam do relatório de 2010/2011 e se reiteram:
 1. Que se continue a apostar no estreitamento dos laços entre as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, procurando uma maior concertação entre as partes e dando continuidade ao trabalho de aprofundamento do significado da ED e das suas relações com as outras “Educações para...”.
 2. Que se reforcem as tipologias de ação que têm obtido menos atenção, nomeadamente: a promoção de ações, projetos e encontros a nível regional envolvendo estabelecimentos de ensino e atores de ED; a formação de agentes de ED, tanto no quadro da educação formal, como no da educação não formal; todas as tipologias relacionadas com as ações de influência política.
 3. Que se incentive o trabalho em rede entre atores de ED de diferentes regiões do país, com vista a uma distribuição de iniciativas de ED territorialmente mais equilibrada, capaz de aproveitar sinergias de recursos dos diferentes atores e potenciar a ação dos mesmos em espaços mais alargados.
 4. Que se continuem a desenvolver esforços no sentido de aumentar e diversificar os financiamentos disponíveis para a concretização da Estratégia.

5. Que se considerem, em relatórios posteriores, tipologias de atores que também já desenvolvem atividades de ED e que se façam esforços para motivar novos atores a promover atividades de ED

6. Que se dê uma particular atenção à sistematização e partilha de conhecimentos sobre a teoria e a prática de avaliação de atividades de ED e à qualidade dos instrumentos que a podem apoiar, incluindo os que são utilizados na elaboração dos relatórios da ENED.

▪ Novas Recomendações:

1. Que se promova uma análise dos projetos e ações identificados no âmbito do Objetivo 1, de modo a compreender os respetivos contextos, dificuldades e potencialidades.

2. Que se dê uma particular atenção à necessidade de reforço do objetivo de capacitação e diálogo institucional (Objetivo 1), especialmente no que respeita ao baixo número de projetos especificamente dirigido a este objetivo.

3. Que se promova a integração da ED na formação de docentes através de projetos de investigação que articulem iniciativas de instituições do ensino superior, estabelecimentos de educação e ensino não superior, ONGD e outras organizações públicas e da sociedade civil.

4. Que se procurem aprofundar as questões relacionadas com o volume financeiro total necessário para a execução das atividades e o peso das diferentes entidades financiadoras, em particular no que respeita à nomenclatura “projetos de ED”.

G – ANEXOS

- 1 - Termos de referência do próprio relatório
- 2 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão
- 3 - Projetos aprovados na linha de financiamento de ED do CICL, em 2012
- 4 - Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED

ANEXO 1

Termos de Referência

Relatório de Acompanhamento da ENED - 2012

1. Enquadramento

Em 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. A 22 de abril de 2010, o respetivo Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração:

- IPAD (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua);
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (atual DGE - Direção-Geral da Educação);
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural;
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Comissão Nacional Justiça e Paz;
- Comissão Nacional da UNESCO;
- Conselho Nacional da Juventude;
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- IPJ - Instituto Português da Juventude (atual Instituto Português do Desporto e Juventude).

O documento de orientação contempla 4 objetivos específicos e 26 medidas. O Plano de Ação compreende 57 tipologias de atividades e indicadores, cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento composta por 4 das 14 entidades subscritoras, a saber: CICL; DGE; Plataforma Portuguesa das ONGD; CIDAC. O Plano de Ação contempla a elaboração de um relatório anual de acompanhamento da ENED, aqui designado de relatório anual global de atividades da ENED.

No seguimento da subscrição do Plano de Ação, foram concebidos um calendário de planeamento e um dispositivo de acompanhamento e avaliação, que carecem da devida operacionalização.

Neste dispositivo de acompanhamento e avaliação, encontram-se previstos os instrumentos para a elaboração do relatório anual global de atividades da ENED.

2. Objetivos

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2012.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar os principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, junto das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou doutros atores que concorram para a execução da estratégia nacional.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito, tendo sido enviado um formulário online a cada entidade, para que pudesse preencher os respetivos dados.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

O relatório anual deve ser elaborado durante o 1.º semestre do ano subsequente ao qual se reporta. Uma 1ª versão do relatório será enviado à Comissão de Acompanhamento até ao dia 15 de agosto de 2013.

4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Nota introdutória – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;
- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;
- Apresentação dos dados por tipologia de atividades – apresentação do número de atividades efetuadas em cada tipologia de atividade, para perceção do nível de cobertura da ENED; é importante incluir uma explicação de cada uma das medidas e tipologias, para facilitar a sua compreensão; é ainda essencial ensaiar explicações para as categorias de tipologias inteiramente não cobertas;

- Apresentação de dados por critérios – análise dos dados por critérios pré-definidos; são tidos em conta, sempre que possível, os seguintes critérios: local de realização das atividades, público a quem se dirigem, temáticas, responsáveis pela promoção, execução, parcerias, entidades financiadoras e volume de financiamento;
- Conclusões e recomendações – apresentação das conclusões e recomendações agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos.
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. Resultados esperados e cronograma

A cada ano pretende-se conseguir:

- Uma recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – até maio de cada ano;
- Uma primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – até ao final de julho de cada ano;
- Uma versão do relatório para aprovação pelas diversas instituições que forneceram dados para o relatório anual – até ao final de setembro de cada ano;
- Uma versão final do relatório anual – até ao final de cada ano.

6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), uma vez que é a instituição responsável pelo projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", objeto do contrato-programa celebrado entre o IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do IPVC, em 2011.

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

ANEXO 2

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

ONGD CONTACTADAS	RECOLHA DE DADOS		
	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviam
ABRAÇO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA			X
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos			X
ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos			X
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola			X
ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência			X
AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global			X
AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	X		
AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X		
APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	X		
APF - Associação para o Planeamento da Família			X
APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
ATA - Associação Tropical Agrária	X		
Atlas - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
Batoto Yetu (Associação Cultural e Juvenil)			X
CARITAS PORTUGUESA		X	
CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto			X
CHAPITÔ	X		
CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura	X		
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral			X
CPR - Conselho Português para os Refugiados			X
EAPN Portugal	X		
Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento			X
EPAR - Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção CLR		X	
Equipa d'África (Associação)	X		
FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
FOM - Fundação Oliveira Martins	X		
Fundação Bomfim	X		
Fundação Champagnat			X
Fundação Cidade de Lisboa		X	
Fundação Gonçalo da Silveira			X
Fundação Teresa Regojo	X		
G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X		
GRAAL - Associação de Carácter Social e Cultural			X
GTO Lx - Grupo Teatro do Oprimido de Lisboa	X		
HELPO			X
IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	X		
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
INDE - Intercooperação e Desenvolvimento	X		

ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária			X
Leigos Para o Desenvolvimento		X	
Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento	X		
Médicos do Mundo			X
Meninos do Mundo			X
MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE		X	
Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários			X
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento			X
OMAS - Leigos da Boa Nova		X	
ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento			X
PAR - Respostas Sociais			X
PRO DIGNITATE - Fundação de Direitos Humanos	X		
Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	X		
Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano			X
Saúde em Português		X	
SOLSEF - Sol sem Fronteiras			X
SOPRO – Solidariedade e Promoção			X
SUL - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado		X	
TESE - Associação para o Desenvolvimento			X
URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa			X
UMP – União das Misericórdias Portuguesas	X		
UNICEF (Comité Português para a)	X		
Veterinários Sem fronteiras	X		
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano			X
VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	X		
WACT			X
Totais = 65	25	8	32

Instituições Públicas	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviaram
APA – Agência Portuguesa do Ambiente			X
ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural			X
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género			X
Comissão Nacional da UNESCO			X
Instituto Português do Desporto e da Juventude			X
Organizações da Sociedade Civil	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviaram
APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural			X
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (DELEGOU NA ASPEA)			X
Comissão Nacional Justiça e Paz			X
Conselho Nacional da Juventude			X

Comissão de Acompanhamento – GT1	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviaram
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	Só financiador, não executante		
CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Responde enquanto ONGD		
Direção-Geral da Educação			X
Plataforma Portuguesa das ONGD			X

ESE	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviaram
Instituto Politécnico da Guarda			X
Instituto Politécnico de Leiria			X
Instituto Politécnico de Lisboa			X
Instituto Politécnico do Porto			X
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento			X

ANEXO 3

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2012, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

	Projeto	Objetivo da ENED
CIDAC	Contraponto - leituras plurais do mundo, os modelos de desenvolvimento em questão (2.ª fase)	4 - Sensibilização e Influência Política
CIDAC	Reinventar fronteiras: percursos de proximidade entre atores educativos de Educação para a Cidadania Global (2.ª fase)	2 - Educação Formal
IMVF	Educação para a Justiça Social: Mobilização, Formação e Advocacia Social (3.ª fase)	4 - Sensibilização e Influência Política
IMVF	Jovens Urbanos Ativos: Estilos de Vida e ODM (2.ª e 3.ª fases)	4 - Sensibilização
IMVF	Redes para o Desenvolvimento: da geminação a uma cooperação mais eficiente (2.ª e 3.ª fases)	4 - Sensibilização e Influência Política
ISU	Des(envolver) A Educação para o Desenvolvimento no Voluntariado para a Cooperação	3 - Educação Não Formal
IMVF	Cidades Globais: Campanha para a Promoção do Desenvolvimento e da Sustentabilidade (1.ª Fase)	4 - Sensibilização e Influência Política
OIKOS	Time to Seed (1.ª Fase)	4 - Sensibilização e Influência Política
IMVF	LANDMARK: Compras Públicas mais Justas e Sustentáveis (1.ª fase)	4 - Sensibilização e Influência Política

*ANEXO 4***Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED**

A nível internacional tem sido efetuado um trabalho sistemático através da presença de representantes de Portugal em diversos fora, onde a ENED tem sido reconhecida por diversas vezes. Apresentam-se em seguida alguns exemplos desta presença e deste reconhecimento internacional:

- GENE, Global Education Network Europe:

- Reunião do GENE em Varsóvia (19-21 de abril): prestação de informação sobre a execução da ENED no quadro do intercâmbio de experiências;
- Simpósio de Haia (15-17 de novembro): CIDAC referiu-se à ENED no quadro de uma apresentação sobre a cooperação interministerial em Portugal tendo em vista a melhoria da qualidade da ED;
- Peer Review: arranque do processo, realização de uma reunião entre o Secretariado do GENE e a Comissão de Acompanhamento da ENED (26 de março), negociação dos Termos de Referência (a ENED é referida e o próprio peer review está previsto na ENED);
- “Global Education in Europe – Policy, Practice and Theoretical Challenges”: início da preparação da publicação, que veio a incluir um texto sobre a ENED, da responsabilidade do CIDAC;

- Centro Norte-Sul do Conselho da Europa:

- 2.º Congresso Europeu de Educação Global (Lisboa, 27-28 de setembro): o Camões e a Plataforma Portuguesa das ONGD fizeram parte da comissão organizadora e a ENED foi mencionada no processo de preparação, na abertura e no encerramento.

- Comissão Europeia:

- Sessão no quadro do workshop “DEAR Capacity Building & Capitalization” promovido pela Comissão Europeia (Lisboa, 8 de outubro): a intervenção do Camões sublinhou a importância atribuída à capacitação e capitalização de experiências, no âmbito da ENED;
- Publicação do “Staff Working Document on Development Education and Awareness Raising (DEAR) in Europe”, que descreve os objetivos e processo de execução e acompanhamento da ENED e sinaliza esta como prática digna de atenção (dezembro).

- Conselho da União Europeia:

- Referência à ENED em vários contributos para as Conclusões do Conselho relativamente a diferentes documentos relevantes da Comissão, com especial destaque para a apreciação que incidiu sobre a comunicação sobre sociedade civil e política externa – pela primeira vez, o Conselho manifestou-se formalmente e por escrito no sentido da promoção de uma abordagem estratégica europeia no domínio da ED

- CAD-OCDE:

- Referência ao processo de elaboração e execução da ENED como uma prática com interesse, na publicação do estudo “Partnering with civil society - 12 Lessons from DAC Peer Reviews” (novembro);
- Referência à ENED no quadro do *mid-term review* do CAD-OCDE, cuja visita ocorreu em 17 de dezembro.